



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA		
EVENTO: Instalação	Nº: 0081/11	DATA: 02/03/2011
INÍCIO: 14h33min	TÉRMINO: 17h22min	DURAÇÃO: 02h49min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h49min	PÁGINAS: 51	QUARTOS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Eleição para o cargo de Presidente e indicação do Relator da Comissão Especial.
--

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. Há orador não identificado em breve intervenção.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Miro Teixeira) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião convocada para eleição do Presidente e Vice-Presidentes desta Comissão Especial.

A Câmara dos Deputados é um ambiente aberto às pessoas. Os Deputados têm grande interesse na discussão desse tema. Mas exatamente em respeito aos Deputados interessados na reforma política, cuja discussão começaremos agora, peço a todos que mantenham silêncio no recinto.

Na forma do art. 39, § 4º, do Regimento Interno, assumo a presidência dos trabalhos.

Esclareço às Sras. Deputadas e aos Srs. Deputados que esta Comissão Especial, instalada no dia de ontem pelo Presidente da Câmara, é composta de 40 Deputados titulares e de igual número de suplentes, e mais um titular e um suplente para atender ao rodízio entre as bancadas não contempladas.

A eleição será realizada por meio de cédulas, em escrutínio secreto, presente a maioria absoluta dos membros da Comissão — 22 Deputados. Será eleito, em primeiro escrutínio, o Deputado que obtiver a maioria absoluta de votos dentre o total de votantes.

Peço aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que permaneçam no recinto até que se conclua o processo de votação.

Até este momento, chegou à Mesa a indicação do Deputado Almeida Lima para Presidente da Comissão.

Por intermédio da Secretaria-Geral da Mesa, recebemos ofício em que o PSDB indica para 2º Vice-Presidente o Deputado William Dib, mas não temos, ainda, os nomes do 1º e 3º Vice-Presidentes.

Há na Casa a praxe de fazermos eleição para Presidente e deixarmos a eleição dos Vice-Presidentes para sessão posterior.

Consulto os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas sobre se alguém se opõe à manutenção dessa tradição. *(Pausa.)*

Não havendo manifestação contrária, daremos continuidade aos trabalhos e elegeremos o Presidente da Comissão, que, em seguida, poderá proceder à designação do Relator da Comissão, conforme já ontem anunciado pelo Presidente da Câmara dos Deputados.



Peço ao Deputado Ronaldo Caiado que se prepare para fazer a chamada. Depois, os votos serão contados pelo Deputado Simão Sessim, que tem *expertise* no assunto por ter participado de diversas eleições da Mesa da Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, como só temos um candidato para a 2ª Vice-Presidência, submetemos à sua análise e consideração a hipótese de fazermos a eleição do Presidente e do 2º Vice-Presidente, para ganharmos tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miro Teixeira) - Sr. Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, há um embaraço de natureza operacional, porque, nesse caso, teríamos que suspender a sessão para a confecção da cédula. Não há problema algum em torno da indicação do nome do Deputado William Dib.

O embaraço é a coincidência, que ocorrerá daqui a pouco, do começo da sessão ordinária da Casa com os trabalhos desta Comissão. Acho que não haverá prejuízo se esperarmos para eleger os Vice-Presidentes numa mesma oportunidade, o que daria até mais solenidade ao preenchimento desses importantes cargos.

Se V.Exa. concordar, poderemos prosseguir, cumprimentando, desde logo, o 2º Vice-Presidente da Comissão.

Solicita ao Deputado Simão Sessim que exiba a urna — aberta — em que serão recolhidos os votos dos Srs. Deputados.

Peço ao Deputado Ronaldo Caiado que proceda à chamada, por blocos ou partidos, primeiro, dos titulares e, depois de uma segunda chamada, havendo vaga, dos suplentes.

Chamado, o Deputado ou Deputada virá até a Mesa, assinará a lista de votação, pegará a cédula, irá à cabine e depositará o voto na urna.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Vamos, então, à chamada.

Titulares do PT.

Deputada Erika Kokay. (*Pausa.*)

Deputado Henrique Fontana. (*Pausa.*)

Deputado João Paulo Lima. (*Pausa.*)

Deputado José Guimarães. (*Pausa.*)



Deputado Ricardo Berzoini. *(Pausa.)*

Deputado Rubens Otoni. *(Pausa.)*

Deputado Waldenor Pereira. *(Pausa.)*

Titulares do PMDB.

Deputado Alceu Moreira. *(Pausa.)*

Deputado Almeida Lima. *(Pausa.)*

Deputado Edinho Araújo. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Mauro Benevides. *(Pausa.)*

Deputado Newton Cardoso. *(Pausa.)*

Titulares do PSDB.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame. *(Pausa.)*

Deputado Bruno Araújo. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Eduardo Azeredo. *(Pausa.)*

Deputado William Dib. *(Pausa.)*

Titulares do PP.

Deputado Arthur Lira. *(Pausa.)*

Deputado Esperidião Amin. *(Pausa.)*

Deputado Paulo Maluf. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Simão Sessim. *(Pausa.)*

Titulares do Democratas.

Deputado Augusto Coutinho. *(Pausa.)*

Deputado Efraim Filho. *(Pausa.)*

Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Ausente.

O SR. PRESIDENTE (Miro Teixeira) - Deputado Ronaldo Caiado. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Titulares do PR.

Deputado Luciano Castro. *(Pausa.)*

Deputado Valdemar Costa Neto. *(Pausa.)*

Deputado Vicente Arruda. *(Pausa.)*

Titulares do PSB.

Deputada Luiza Erundina. *(Pausa.)*

Deputado Ribamar Alves. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)* Ausente.



Titulares do PDT.

Deputado Miro Teixeira. *(Pausa.)*

Deputado Reguffe. *(Pausa.)*

Titulares do Bloco PV-PPS.

Deputado Alfredo Sirkis. *(Pausa.)*

Deputado Sandro Alex. *(Pausa.)* Ausente.

Titulares do PTB.

Deputado Arnaldo Faria de Sá. *(Pausa.)*

Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)* Ausente.

Titular do PSC.

Deputado Carlos Eduardo Cadoca. *(Pausa.)* Ausente.

Titular do PCdoB.

Deputado Daniel Almeida. *(Pausa.)*

Titular do PRB.

Deputado Vitor Paulo. *(Pausa.)* Ausente.

Titular do PMN.

Deputada Jaqueline Roriz. *(Pausa.)*

Titular do PSOL.

Deputado Ivan Valente.

Vamos proceder a nova chamada dos Deputados titulares e, em seguida, passaremos à lista dos suplentes.

Titulares do PT.

Deputado João Paulo Lima. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Waldenor Pereira. *(Pausa.)* Ausente.

Suplentes do PT.

Deputado Vicente Candido. *(Pausa.)*

Deputado Taumaturgo Lima. *(Pausa.)*

Está completa a lista do PT.

Titular do PMDB.

Deputado Edinho Araújo. *(Pausa.)* Ausente.

Suplente do PMDB.

Deputado Danilo Forte. *(Pausa.)*



Titular do PSDB.

Deputado Bruno Araújo. *(Pausa.)* Ausente.

Suplente do PSDB.

Deputado Alfredo Kaefer. *(Pausa.)*

Titular do PP.

Deputado Paulo Maluf. *(Pausa.)* Ausente.

Suplente do PP.

Deputado Márcio Reinaldo Moreira. *(Pausa.)*

Titular do Democratas.

Deputado Pauderney Avelino. *(Pausa.)* Ausente.

Suplente do Democratas.

Deputado Rodrigo Garcia. *(Pausa.)*

Titulares do PSB.

Deputado Ribamar Alves. *(Pausa.)* Ausente.

Deputado Valtenir Pereira. *(Pausa.)* Ausente.

Suplentes do PSB.

Deputado Gabriel Chalita. *(Pausa.)*

Deputado Valadares Filho. *(Pausa.)* Ausente.

Titular do Bloco PV/PPS.

Deputado Sandro Alex. *(Pausa.)*

Titular do PTB.

Deputado Jovair Arantes. *(Pausa.)* Ausente.

Suplente do PTB.

Deputado Eros Biondini. *(Pausa.)*

PSC: Deputado Carlos Eduardo Cadoca. *(Pausa.)*

Ausente.

Deputado Edmar Arruda. *(Pausa.)*

Tanto titular quanto suplente, ausentes.

PDT fechou. Miro Teixeira e Reguffe — os dois votaram.

PRB: Deputado Vitor Paulo. *(Pausa.)*

Ausente.

Suplente: Deputado Jorge Hilton. *(Pausa.)*



Ausente.

PHS: Deputado Felipe Bornier. *(Pausa.)*

Ausente.

Sr. Presidente, sendo assim, está concluída a chamada da votação para eleger o Presidente da Comissão da Reforma Política.

Os membros titulares do PT e suplentes, do PMDB, do PSDB, do PP, do Democratas e do PR completaram a lista.

Do PSB, ausente; do PTB, ausente; do PSC, ausente; do PRB, ausente, e do PHS, ausente.

Este é o resultado final, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Miro Teixeira) - Obrigado, Deputado Caiado.

Peço ao Deputado Bruno Araújo que colabore agora na contagem dos votos.

Votaram 37 Sras. e Srs. Deputados.

Os Deputados Simão Sessim e Bruno Araújo farão a apuração da eleição.

Há 37 votantes, mas encontramos 38 sobrecartas. Pode ser que 2 envelopes tenham ficado no mesmo voto, com o mesmo eleitor.

Como não temos disputa, vou mandar abrir e apurar os votos. Não pode haver mais de 37 votos. Mas, mesmo se houvesse essa possibilidade remota, isso não alteraria o resultado.

Passemos à apuração. *(Pausa.)*

Retificação: nós reconferimos as assinaturas com a Secretaria e verificamos que houve 38 votantes. Na coleta de assinaturas, não se computou uma assinatura que estava superposta a outra.

A que estava superposta era a do Valdemar Costa Neto à do Vicente Arruda.

As assinaturas de Luciano Castro, Valdemar Costa Neto e Vicente Arruda estão embotadas ali. *(Pausa.)*

De acordo com a lista do Deputado Ronaldo Caiado, votaram 38 Deputados.

Vamos proclamar o resultado: Deputado Almeida Lima obteve 37 votos para a Presidência da Comissão. Houve 1 voto em branco.

Encerro a apuração.

Declaro empossado o Deputado Almeida Lima. *(Palmas.)*



Convido o Sr. Deputado Almeida Lima para tomar posse e assumir a Presidência dos trabalhos. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu queria felicitar esta Comissão pela escolha feliz de seu nome para compor esta Comissão Especial de Reforma Política. Tão logo surgiu o assunto na Câmara dos Deputados, fiquei preocupado, porque poderia ser mais uma tentativa fracassada de reforma política. Mas, quando seu nome apareceu para liderar esse processo, tive certeza de que nós teremos êxito nessa reforma, pela sua capacidade, inteligência e, sobretudo, porque V.Exa. sabe conduzir os trabalhos.

Ademais, nós já sabemos que essa matéria está esgotada aqui nesta Casa. Todo mundo já sabe o que votar. Discutiu-se lista tríplice, lista única, modelo alemão. Todo mundo já sabe o que é reforma política. Mas ocorre que V.Exa. vai conduzir esse processo a partir de agora para que possamos, em breves dias, levar isso à Comissão de Constituição e Justiça e votar neste semestre ainda a nossa reforma política.

O meu apelo é para que V.Exa. procure a praticidade. A meu ver, a praticidade é, sobretudo, o voto majoritário para que possamos mostrar ao Brasil a necessidade de reforma política.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Antes de dirigir uma palavra de agradecimento às senhoras e aos senhores e antes de conceder a palavra, eu quero designar Relator desta Comissão o Deputado Henrique Fontana, do PT do Rio Grande do Sul. *(Palmas.)*

Convido S.Exa. a tomar assento à Mesa.

Quero também, com a permissão de todos, antes de conceder a palavra, fazer um registro de agradecimento pela eleição, pela confiança. Fiz o agradecimento já ao meu partido, o PMDB, que me indicou para esta honrosa missão. E quero dizer a V.Exas. que darei o melhor que tenho para a construção desse trabalho, que é coletivo, qual seja, de elaboração de uma proposta de reforma política.

Trata-se de assunto mais do que recorrente; trata-se de um desejo da Nação, da classe política, diante desse processo eleitoral conturbado que vivenciamos em



nosso País. Vivemos não mais a democracia direta, mas uma democracia representativa. E como tal a atenção ao eleitor deve ser o valor mais importante que deve ser posto em relevo, sobretudo para se buscar, através dos instrumentos legais, a legitimação do processo. O eleitor, ao votar, precisa ter a certeza e a garantia jurídica de que o poder que é seu está sendo outorgado a um representante e que este fará valer, no Parlamento ou no Executivo, a sua vontade. Do contrário, não se caracteriza o País como democrático, não se caracteriza a fisionomia da democracia representativa, da legitimidade do pleito, da garantia que o cidadão deve ter de que será governado e de que os seus interesses serão governados, administrados em seu interesse, atendendo-se aos objetivos da Nação.

Portanto, a missão que todos nós temos é da mais alta importância. Tenho consciência da responsabilidade. Como disse e repito, essa será uma construção coletiva.

Temos conhecimento da Comissão Especial aberta no Senado Federal. Em princípio, não vejo nenhuma incompatibilidade. E, se depender do diálogo e da iniciativa, nós tomaremos a iniciativa para o diálogo, para a reunião, sobretudo por se tratar de uma Casa congressual, da qual fazem parte a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, sendo uma a Casa que representa o povo, e, a outra, que representa os Estados, a Federação. Portanto, uma Casa que tem a iniciativa, e uma Casa que revisa. Então, devemos somar esforços na busca desse objetivo, para atender sobretudo aos anseios, à expectativa da sociedade, da Nação brasileira.

Devo dizer que procurarei dar os desdobramentos desse trabalho da forma mais democrática possível, a partir deste primeiro encontro, e não apenas com as Sras e os Srs. Deputados, mas com toda a sociedade. Tenho consciência de que esta Casa é composta por cientistas políticos. Todos nós somos cientistas. Todos nós temos consciência da expressão política e, por ciência própria, dos meandros da política, da ciência política, da filosofia política, da política do dia a dia.

Sei que todos temos colaboração a oferecer. Sabemos que, em outras oportunidades, a sociedade foi convidada para discutir. Vivemos uma outra circunstância, um outro momento. Mas isso não impede nem anula que repitamos esses atos, as audiências, que ouçamos segmentos, a sociedade, enfim, e, num



tempo razoável, atendendo ao anseio popular, ofereçamos ao Plenário da Casa uma proposta de reforma eleitoral.

Entendo até — e aí é apenas um entendimento de ordem pessoal, não partidário — que nós precisamos de uma reforma mais ampla e profunda possível. Nós temos um Código Eleitoral, salvo engano, da década de 1960. Mas eu tenho consciência também de que há necessidade...

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES - O Código Eleitoral é de 1965.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - De 1965! Há necessidade, já para o próximo pleito, de mudanças que representem alteração da configuração que temos hoje, na qual há interferência excessiva do Poder Judiciário Eleitoral, com a normatização na base de decisões da Justiça Eleitoral, que interfere diretamente no processo.

Precisamos de tranquilidade jurídica, garantia jurídica, segurança, estabilidade jurídica e eleitoral no País. Não podemos estar à mercê dos ventos, das circunstâncias. Portanto, esta é uma responsabilidade muito grande.

Nesta abertura, segundo a qual conduzirei os trabalhos, vejo a imprensa como instrumento valioso, da mais alta importância, até pela intermediação de tudo quanto afirmamos, de tudo quanto a sociedade afirma, nessa troca de informações, para ampliarmos conhecimentos.

Como palavra final, devo dizer que, no cargo de Presidente, sinto-me extremamente à vontade e confortável com todos os membros designados pelos seus partidos para compor esta Comissão, sem qualquer exceção.

Assim falo porque não dá para tapar o sol com peneira, para não dá para esconder aquilo que nós lemos diariamente na imprensa, como na leitura que fiz no dia de hoje. Acho que cabe aqui uma palavra. Todos os Deputados e Deputadas que aqui se encontram passamos por dois grandes testes: o primeiro deles, o das urnas. Temos a legitimidade popular. E o segundo — embora eu, pessoalmente, discorde da Lei Ficha Limpa; considero-a inconstitucional — ela está em vigor, ainda que sob apreciação —, os que passaram pelo crivo da própria Justiça Eleitoral, se aqui se encontram, encontram-se legitimados pelo voto popular e pela Justiça que dirige o processo eleitoral. Eu é que não tenho autoridade para afirmar em casos tais que a Justiça Eleitoral ou que o Ministério Público tenha prevaricado no exercício de sua



função, ou não tenha cumprido sua obrigação funcional. Por essa razão, devo dizer aos senhores e às senhoras que me sinto plenamente confortável ao presidir esta Comissão sem qualquer constrangimento.

Dados os esclarecimentos, quero passar a palavra a...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Eu quero passar a palavra ao Relator, mas antes ouvirei V.Exa.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

Antes que abra a palavra para todos, eu gostaria muito que V.Exa. decidisse, já agora, como se dará a escolha ou como serão apresentados os nomes que irão compor as Vice-Presidências. Se será uma nova rodada de Líderes, se isso será discutido conosco, se serão apresentados nomes para que se vote aqui, sendo que os mais votados serão os escolhidos, ou se isso se dará pela proporcionalidade dos partidos. Enfim, que fique decidido, porque, já na próxima reunião, teremos a escolha dos Vice-Presidentes.

E a segunda questão, Sr. Presidente — esta reunião hoje foi convocada para escolha do Presidente, e o Presidente escolheu o Relator —, é sobre se ainda na pauta desta reunião está previsto mais algum assunto, como sugestões para o cronograma, apresentações etc., ou se nós apenas iremos enaltecer a escolha de V.Exa., a escolha do nosso Relator, enaltecer o trabalho que esta Comissão irá prestar ao Brasil.

São essas as nossas dúvidas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Simão Sessim, eu devo comunicar que deve ter chegado à Secretaria a indicação para o Terceiro e o Segundo, mas que ainda não chegou a do Primeiro Vice. É evidente que nós transferiremos essa competência, em princípio, para os líderes partidários, desde quando a indicação dos candidatos a Presidente, a 2º e a 3º Vice-Presidentes obedeceu a essa sistemática. Faremos e na sessão seguinte definiremos.

Atendendo ao segundo pleito de V.Exa., acho que devemos começar os trabalhos a partir de agora.

Após ouvir a palavra do Relator, gostaria de sugerir ao Plenário a abertura da palavra para o encaminhamento à Mesa de propostas de condução dos trabalhos.



O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Agradeço a V.Exa. Gostaria de me inscrever para apresentar uma proposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Deputado Mauro Benevides. Em seguida, concederei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO MAURO BENEVIDES - Sr. Presidente, a minha palavra neste instante, em nome do Líder Henrique Eduardo Alves, é para saudar V.Exa. e obviamente aplaudir a escolha, já formalizada pelo consenso partidário, do sempre Líder Henrique Fontana para exercer a relatoria desta importante Comissão.

Diria a V.Exa. que em tantos anos no Congresso, quer como Senador, quer como Deputado Federal, nunca vi uma Comissão se instalar com aquela imponência do início da tarde de ontem, a partir do meio-dia, quando todos os Poderes estavam representados, à exceção da Presidente da República, que, quando aqui esteve entregando a Mensagem Presidencial, reiterou o seu propósito de defender também a reforma política.

Então, esta Comissão que agora se instala tem a incumbência — e não pode falhar no seu compromisso — de elaborar uma reforma política que atenda efetivamente aos anseios desta conjuntura e, sobretudo, às exigências da opinião pública brasileira.

Nos últimos anos nesta Casa Legislativa, e não mais naquela outra, participei de todas as Comissões que aqui se organizaram, ainda ao tempo da relatoria de João Almeida, da relatoria de Ronaldo Caiado... Participei de todas elas e assisti inclusive àquela frustrante manifestação, ainda na gestão de Arlindo Chinaglia, quando S.Exa. tentou testar o Plenário para aprovação de um dos projetos elaborados pela nossa Comissão, projeto que estabelecia a lista preordenada, talvez o ponto mais polêmico das proposições alinhadas naquela ocasião.

A recusa do acolhimento daquela matéria, com 32 votos contrários, quando havia a necessidade apenas de uma votação simples — não era votação absoluta —, significou o quê? Uma frustração para todos nós, que trabalhávamos com aquele objetivo, mas sobretudo uma frustração para a opinião pública do País.

Se V.Exa. recuar mais no tempo, e V.Exa. pretendeu fazê-lo no início do seu discurso, em relação ao Código Eleitoral, eu diria a V.Exa. que aqueles governos passados que condenávamos quando buscávamos a normalização política



institucional brasileira, especificamente o Governo Castelo Branco entregou ao País três documentos básicos referentes à estrutura eleitoral brasileira: o Código Eleitoral, a Lei de Inelegibilidade e o Estatuto dos Partidos. Em cerca de 4 meses, elaboraram esses três documentos e o Congresso os aprovou. Todas as outras tentativas feitas de lá até cá resultaram infrutíferas, portanto ensejando uma sensação de frustração de todos nós que compomos o Poder Legislativo brasileiro.

V.Exa. prontificou-se a articular, tendo em vista que a Comissão do Senado já foi constituída e a nossa acaba de ser instalada, essa intermediação pelo trânsito que tem na outra Casa, a qual, na década passada, pertenci. Cheguei até a presidi-la em determinado momento.

Portanto, V.Exa. terá que fazer um esforço no sentido de que se conjuguem essas duas propostas, a do Senado e a da Câmara, porque se isso não ocorrer vamos elastecer e delongar o processo de apreciação de uma matéria que não pode ultrapassar agosto ou setembro, sob pena de passarmos uma demonstração inequívoca de incompetência para decidir uma matéria relevante.

Ao cumprimentar V.Exa. e o nobre Relator, Henrique Fontana, começo por fazer esta advertência: não podemos procrastinar essa decisão, porque ela é vital para os rumos da vida política eleitoral brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Obrigado, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar quero me desculpar, porque estou com uma faringite no dia da instalação da nossa Comissão. Cumprimento o nobre Presidente, Deputado Almeida Lima, e cada um dos meus colegas Parlamentares políticos, que têm orgulho da função que exercem: a prestação de um serviço público através da política. Também cumprimento e agradeço o meu partido, que está aqui representado por diversos colegas, no nome do nosso Líder Paulo Teixeira, que teve a difícil incumbência, que eu também já tive em alguns momentos, Governador Mauro Benevides, de escolher, entre tantos Parlamentares, alguém para indicar para a relatoria de uma matéria dessa importância.



Ao agradecer a confiança do meu partido e do Líder da minha bancada, quero destacar um nome em especial do Partido dos Trabalhadores, que não está aqui neste momento, o Deputado Rubens Otoni, que inclusive foi Relator dessa matéria em outras ocasiões, tem enorme acúmulo na matéria e poderia estar sentado aqui no meu lugar, porque os dois temos, seguramente, como todos aqui, a mesma condição. Quero destacar e dizer que S.Exa. terá um papel muito importante junto conosco, trabalhando nessa relatoria.

Quando eu falo do orgulho de fazer política e de ser político, talvez aí, nobre Líder Daniel Almeida, resida o centro do nosso desafio ao iniciar os trabalhos da nossa Comissão de Reforma Política, ou seja, nós queremos tirar, como fruto do nosso trabalho, um sistema político que reforce a democracia, que fortaleça o papel da política na nossa sociedade, que amplie a credibilidade da política e que dê ao nosso povo cada vez mais segurança de que o poder que emana dele será exercido para fazer aquilo que é a função principal da política, que é mudar a nossa sociedade para melhor.

Alguns jornalistas — quero destacar aqui esse tema — muitas vezes têm feito ao Presidente, a mim e aos senhores a pergunta legítima: *“Mas essa reforma vai sair? Essa reforma vai ser votada?”* Isso porque muitas vezes ela foi ensaiada e não foi votada.

Eu estou otimista, Sr. Presidente, porque entendo que a sociedade brasileira amadureceu. Nós, Parlamentares, enfrentamos muitas eleições dentro desse sistema e sabemos que a pior circunstância que poderia sair desta Comissão seria a conclusão de continuar com o sistema atual, sem nenhuma alteração.

E a outra visão que eu tenho e quero partilhar com os colegas, como Relator que sou, é que não entro aqui — e sinto que nenhum de nós entra — com a ideia de que vou votar uma reforma política 100% de acordo com as minhas ideias ou com as ideias de cada um de nós. Aliás, eu sou Deputado há 12 anos, Deputado Simão Sessim, por 6 anos fui Vereador, e nunca votei um projeto 100% de acordo com o que eu achava que deveria ser um projeto. E esta é a beleza da democracia: a capacidade de transigir, de negociar, de abrir mão de determinados pontos, de saber que o ótimo é inimigo do bom, de não entrarmos na Comissão com a ideia de polarizar simplesmente posições, para demarcar posição, e não conseguir um



relatório que incluía diversos pontos para os quais nós sentimos que existe uma maioria, a partir do nosso debate, do nosso diálogo e da nossa negociação.

Como disse o Presidente e também o Governador Mauro Benevides, nós precisamos sintonizar com o Senado. E eu propus ao Presidente que tentemos fazer reuniões periódicas com o Relator e o Presidente da Comissão no Senado, para ajustar prazos, para ajustar a visão e para diminuir o conflito, porque de nada adianta aprovar algo na Câmara se for derrubado no Senado; de nada adianta aprovar algo no Senado se for derrubado na Câmara.

Olho aqui para os meus colegas e vejo o peso político, a qualidade política desta Comissão. Estão aqui ex-Governadores, ex-Senadores, ex-Deputados Estaduais e hoje Deputados Federais, gente com anos de experiência na política. Portanto, nós conhecemos muito os dilemas da política e como melhorá-la.

Dizem, Presidente, que a reforma política é a mãe de todas as reformas. Eu concordo com essa frase, porque se nós tivermos um sistema político mais forte, que dê mais força aos partidos, que tenha maior representatividade, vamos poder votar, evidentemente, muito mais matérias com maior celeridade e qualidade.

O meu papel, Presidente e colegas Parlamentares, é ouvir muito e me posicionar menos, porque eu preciso colher a mediana das nossas opiniões.

Eu tenho dito desde ontem e repito na frente dos meus colegas que tenho, sim, uma grande convicção sobre um pilar desta reforma, que é a necessidade de termos financiamento público exclusivo de campanha, porque a democracia tem um custo e este custo tem que ser expresso para a sociedade com toda a clareza. Esse, aliás, é um grande investimento que a sociedade faz, porque em nenhum lugar do mundo se descobriu um sistema melhor do que o sistema democrático que temos, o sistema representativo. Então, que esse custo seja assumido com toda a transparência perante a sociedade através do financiamento público.

Essa é a minha opinião, com todo o respeito àqueles que têm uma opinião diferenciada. Eu digo isso porque entendo que um Parlamentar, um futuro Governador, um futuro Presidente da República, um futuro Prefeito ou um futuro Vereador não pode depender da escolha de um financiador para ser ou não um candidato mais competitivo ou menos competitivo. O direito de ser esse candidato tem que nascer da história de trabalho desse Parlamentar e líder político. E nós



temos que ter um sistema eleitoral que garanta mais igualdade entre as partes para que ele seja um sistema mais justo.

No mais, eu encerro, Presidente, dizendo da minha enorme disposição de conversar com todos os companheiros, ouvir muito, buscar as posições mediadas; visitar, junto com o Presidente, cada uma das bancadas, inclusive em separado, para poder realizar reuniões produtivas, com conversas, ideias e análises; visitar diferentes setores da sociedade, órgãos representativos da sociedade, os quais já ouvimos muitas vezes mas podemos ouvir de novo.

Reconheço que dentro desta Comissão, seguramente, a maior parte dos Parlamentares carregam uma experiência muito maior do que a minha na política. Portanto, quero ouvir muito todos os senhores.

O SR. NEWTON CARDOSO - Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Pois não, Governador.

O SR. NEWTON CARDOSO - V.Exa. foi muito feliz em falar de financiamento público. É uma boa medida. Quantos Deputados e Senadores estão na lista da Gutierrez e das Camargo Corrêa da vida! Como esse pessoal pode ter aqui capacidade de votar livremente se estiver na lista dessas empreiteiras que têm convivência com o Governo Federal, são donas de tudo do Governo — sociedades aqui e lá fora!

Acho que chegou a hora de limpar este Congresso. Deve haver uma maneira prática e honrada de ter aqui homens com pureza de alma e que não estejam pendurados nas empreiteiras.

O SR. DEPUTADO HENRIQUE FONTANA - Agradeço as palavras ao Governador Newton Cardoso.

Encerro, então, esta minha primeira fala destacando a minha enorme disposição de trabalhar muito com todos os senhores para que sejamos bem-sucedidos. Sou otimista. Nós podemos chegar ao segundo semestre deste ano mostrando ao País um novo sistema político, melhor do que o atual. Não o ideal, provavelmente, porque o ideal estamos sempre perseguindo, mas um melhor do que aquele que temos hoje. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Sras. e Srs. Deputados, há uma lista de oradores inscritos. Vamos obedecer a essa sequência.



Devemos, ao encerrar a sessão, fazer uma convocação para a primeira terça-feira, depois do carnaval, dia 15. Gostaria de discutir com o Plenário o horário e também a conveniência dos dias.

Gostaria de propor aos inscritos que aproveitem a oportunidade desta inscrição também para sugerir os encaminhamentos que esta Comissão deve seguir, porque neste período, a contar de hoje até a próxima reunião, poderemos trazer para o Plenário uma proposta de trabalho definida, ocasião em que elegeremos os 1º, 2º e 3º Vices-Presidentes, iniciando os trabalhos.

Alerto às senhoras e aos senhores que, se formos fazer audiência pública, as pessoas a serem convidadas deverão ser indicadas por requerimento escrito, com antecedência mínima necessária, para que a secretaria possa providenciar o convite daqueles que poderão se fazer presentes para o debate com todos os Deputados.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Efraim Filho.

O SR. DEPUTADO EFRAIM FILHO - Sr. Presidente Almeida Lima, Sr. Relator Henrique Fontana, a palavra inicial não poderia ser outra se não a de parabenizá-los pela assunção a esse local prestigiado em que se fará esta discussão que seguramente é a mais importante do Congresso Nacional no início desta Legislatura.

Confio absolutamente na condução dos trabalhos por V.Exas., que sempre atuam com a serenidade, a responsabilidade e o bom senso que devem prevalecer numa discussão. Cada Parlamentar tem um ideal diferente em relação à reforma política a ser proposta, e é na busca desse denominador e desse consenso que tenho certeza de que o Relator e o Presidente atuarão, assim como os demais membros da Comissão.

Gostaria apenas de deixar bem claro que o que vai balizar a minha condução aqui nesta Comissão e, acredito, a dos demais membros, a bússola que vai apontar o nosso norte será, sem dúvida alguma, o exercício da cidadania através da democracia. E que não seja simplesmente de 4 em 4 anos, para enfrentar uma fila, ir a um local de votação e digitar o número dos escolhidos. Esse sentimento tem de ser permanente. A democracia cidadã é feita de forma permanente, em contato e em sintonia com os trabalhos realizados no Congresso Nacional, pelos cargos de poder



decisório, porque essas decisões políticas têm a real capacidade de interferir na vida das pessoas.

Para concluir, como encaminhamento, como colaboração, Sr. Presidente e Sr. Relator, sugiro que, num primeiro momento, nos debrucemos sobre um cronograma, que tem de ser trazido a esta Comissão para que possamos ter noção de prazo para apresentação de propostas, realização de audiências públicas e conclusão.

Acredito que o Relator vai definir alguns pilares dessa reforma. Sugiro que sejam constituídas subcomissões e grupos de trabalhos. Já que somos 40 titulares e 40 suplentes, de repente, através de grupos de trabalho, com a participação de determinadas pessoas que se identificam com algum tema, talvez possamos fazer uma discussão mais aprofundada para que, no médio prazo, sejam trazidos elementos que fortaleçam a discussão neste plenário.

No mais, desejo boa sorte. Espero que o Congresso Nacional seja capaz de responder com altivez às reivindicações que vêm da população, a voz rouca das ruas, que realmente quer um sistema muito mais transparente, capaz de representar o cidadão na Casa do povo, que é a Câmara dos Deputados e o Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, nobre Deputado. A Mesa já registrou suas duas sugestões.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Augusto Coutinho.

O SR. DEPUTADO AUGUSTO COUTINHO - Sr. Presidente, Deputado Almeida Lima, inicialmente quero parabenizar V.Exa. por assumir esta Presidência.

Depois do que ouvi do nobre Relator, saio daqui ainda mais motivado. A reforma política — e digo isso não só como representante do povo de Pernambuco — precisa ser urgente. Precisamos apresentar para o Brasil um resultado desta Comissão. É fundamental. Costumo dizer que o sistema político brasileiro é imoral e tem afastado, dia após dia, eleição a eleição, as pessoas que verdadeiramente querem viver uma vida pública de representatividade e boa política.

Como cidadão, integro esta Comissão para ajudar e para que, de fato, apresentemos resultados, que, como disse muito bem o Relator, muitas vezes não vão ser o que imaginamos, dentro de cada partido ou de cada ideal. Mas é



fundamental que mudemos o que está aí: uma coisa velha que tem colocado o dinheiro acima da representação política. Precisamos mostrar para o Brasil que este Congresso e esta Comissão vão apresentar resultados.

Sr. Presidente, saio daqui hoje motivado, com a certeza de que vamos, de fato, conseguir apresentar ao Brasil algo melhor do que existe na atual legislação eleitoral.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, queremos dizer que a crença da bancada do PT é de que V.Exa. como Presidente e o Deputado Henrique Fontana como Relator podem, como dirigentes desta Comissão Especial, apresentar para todos nós uma síntese que possa contribuir para o debate que esta Comissão precisa fazer, até porque há muitas interrogações sobre a montagem desta Comissão.

Lembro, Deputado Almeida Lima, que V.Exa. presidiu a Comissão Mista de Orçamento há 2 anos, quando eu coordenava a bancada da PT na mesma Comissão. Sei dos resultados de 2 anos atrás, quando V.Exa. presidiu a Comissão Mista de Orçamento desta Casa. Sei também da seriedade do Deputado Henrique Fontana, companheiro da nossa bancada. Juntos vamos trabalhar até para por fim à suspeição que pesa sobre esta Comissão, se ela vai ou não apresentar uma proposta razoável de reforma política.

Pode até ser que esta Comissão não apresente a reforma que alguns articulistas desejam, ou que alguns membros da imprensa desejam, mas é necessário que ela, para o bem da democracia e dos partidos políticos, possa oferecer uma proposta razoável de reforma política para o País.

Muitos dos Deputados aqui presentes ou já foram Governadores ou já foram Deputados em legislaturas passadas. Disse, há pouco, para a imprensa que o que vai dizer se esta Comissão tem legitimidade — e tem, porque ela tem o veredicto das urnas, todos nós fomos eleitos —, se vai ou não dar resultado é o trabalho a ser realizado por nós nos 180 dias definidos pelo Presidente desta Casa.



Estou absolutamente seguro, Sr. Presidente, e à vontade para contribuir para que esta Comissão, de fato, toque o dedo na ferida. Todo mundo fala em reforma política, mas até hoje ninguém teve a coragem de enfrentá-la e fazê-la. Nós precisamos fazê-la, qualquer que seja, porque vamos discutir também o mérito das diversas propostas que estão tramitando nesta Casa. Vamos discuti-las, vamos selecioná-las e procurar fazer uma síntese daquilo que representa o conjunto dos partidos nesta Comissão.

Portanto, estou confiante em que ofereceremos o melhor, sobretudo porque o Presidente e o Relator, que conheço bem, muito nos podem ajudar na tarefa de consolidar uma proposta razoável de reforma política.

Sr. Presidente, sugiro que façamos uma reunião na terça-feira, após o carnaval. É importante a secretaria da Comissão compatibilizar. As Comissões sempre funcionam, na Casa, pela manhã. Temos problemas nas quartas-feiras e nas quintas-feiras. A terça-feira à tarde é um bom dia para ser estabelecido como rotina, como rito, pelo menos do ponto de vista da agenda normal, a não ser que haja alguma excepcionalidade.

Sugiro que o Relator e o Presidente, na próxima terça-feira após o carnaval, apresentem ao Presidente uma proposta de agenda, para que pudéssemos compatibilizar as reuniões de discussão de mérito das propostas com as reuniões em que, eventualmente, ouviríamos quem a Comissão entendesse conveniente convidar para os debates aqui.

Se fizermos isso, poderemos avançar muito. A terça-feira de carnaval será um bom dia. Portanto, sugiro que já deixemos a reunião marcada para as 14 horas ou para as 15 horas de terça-feira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Insisto em observar ao Plenário que esta é uma oportunidade muito boa para sugestões, não de mérito, mas de procedimento, ou seja, sobre audiências, visitas, subcomissões ou grupos de trabalho, horários e dias de reuniões, enfim, sobre como devemos realizar os trabalhos para alcançarmos nosso objetivo o mais rapidamente possível — evidentemente sem atropelos.



Este é o momento em que devemos colher sugestões até mesmo para, na reunião seguinte, podermos apresentar uma proposta para ser discutida e aprovada.

Com a palavra o nobre Deputado Sandro Alex.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Sr. Presidente, primeiro, cumprimento V.Exa. e o Relator Henrique Fontana pela eleição.

Quero dizer que represento aqui o PPS, partido que inclusive publicamente já fez algumas manifestações a respeito da reforma, mas, acima de tudo, represento a vontade popular.

Sou Deputado pelo Paraná e, à título de encaminhamento, encomendei uma pesquisa na Capital do Paraná sobre os oito temas mais polêmicos da reforma, até porque não havia sido realizada nenhuma pesquisa no País a esse respeito. A propósito, sugiro a V.Exa., Sr. Presidente, sejam esses temas específicos discutidos em nossas reuniões.

Então, gostaria de, rapidamente, apresentar esse trabalho, que foi feito melhor instituto de pesquisas do Paraná, a Paraná Pesquisas. Como disse, a pesquisa foi realizada na Capital do meu Estado, Curitiba, uma grande cidade do País, cuja população, de certa forma, reflete o pensamento do Brasil a respeito desses temas tão polêmicos de que vamos tratar nesta Comissão. E devemos ouvir a população, até porque, como disse V.Exa., temos de trazer a opinião popular. O Brasil quer participar conosco.

Vamos aos dados:

Sobre reeleição, a maioria dos pesquisados mostrou-se a favor da reeleição de Prefeitos, Governadores e do Presidente — 57% a favor e 38% contrários.

Sobre o voto obrigatório, 28% acham que o voto deve ser obrigatório; 69%, opcional. Se o voto fosse opcional, compareceriam às urnas 64,3% dos entrevistados.

Quanto ao voto distrital, quando apresentado o sistema distrital, a pergunta feita foi: *“O senhor gostaria que o voto distrital fosse instituído no Brasil?”*. Sessenta e sete por cento responderam “sim”; 32%, “não”.

No caso do Senador que se afasta do cargo para se candidatar a outro mandato político, a população entende que o candidato que deve assumir é o que



teve a maior quantidade de votos, ou seja, o suplente seria o segundo mais votado para 59% dos entrevistados.

Quanto à pergunta: *“Quando o senhor decide em quem vai votar para Deputado, o que é mais importante, a pessoa ou o partido?”*, o candidato obteve 74,5% dos votos; enquanto o partido ficou com 12%.

“O senhor é contra a divulgação de pesquisas próximas a eleições?”: a favor, 54%; contra, 38%.

Mais uma pergunta: *“O senhor concorda ou não concorda em que, em vez de votar em um candidato, se vote numa lista de candidatos estipulada pelo partido?”*. Concordam: 16%; não concordam: 79%.

“O senhor concorda em que, para concorrer a reeleição, o Prefeito, o Governador e o Presidente devam se afastar do cargo alguns meses antes?” Concordam: 51%.

O tema mais importante da nossa Comissão, Sr. Relator, na minha opinião, é o financiamento público de campanha. Por isso, uma das perguntas feitas foi: *“O senhor concorda ou não concorda em que as campanhas eleitorais sejam financiadas com recursos públicos?”*. Concordam: 11%; não concordam: 86%. Trata-se de tema polêmico, respeitando as opiniões.

Acima de tudo, o brasileiro quer não só a transparência do valor investido com o financiamento público, mas saber de onde vem o dinheiro. De onde virá o dinheiro para o financiamento público de campanha? *“Virá do orçamento da saúde, da educação, da infraestrutura, ou será criado um imposto para isso?”* — é o que o Brasil questiona e vamos ter de debater.

Acredito que V.Exa. também tem razão quando sugere um sistema semelhante e afirma que isso vai engrandecer a nossa representação, mas precisamos, antes de tudo, responder à seguinte pergunta dos brasileiros: *“De onde virá esse dinheiro?”*.

Portanto, a título de curiosidade, trago à Comissão essa pesquisa realizada no Paraná. Acredito que ainda teremos uma pesquisa de âmbito nacional, mas, enquanto não temos, fiz questão de trazer, nesta primeira reunião, um levantamento prévio, para que tenhamos a percepção de como está a opinião pública a respeito desses assuntos tão relevantes.



Aproveito a oportunidade para, mais uma vez, cumprimentar o Presidente e o Relator e colocar-me à disposição de todos para que, juntos, possamos fazer um novo capítulo da história política do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Nobre Deputado Sandro Alex, gostaria que V.Exa. cedesse uma cópia dessa pesquisa à Mesa.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Não só vou ceder uma cópia da pesquisa à Mesa, Sr. Presidente, como também a todos os Parlamentares desta Casa, pois acredito que esse material é de grande relevância.

Portanto, vou deixar a pesquisa à disposição dos membros da Comissão — titulares e suplentes — e também de todos os Parlamentares da Casa, principalmente de V.Exa., Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Ronaldo Caiado.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Gostaria de saber se haverá tempo determinado para cada uma das falas.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, nobre Relator, Sras. e Srs. Parlamentares, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Deputado Ronaldo Caiado, por gentileza.

O nobre Deputado Reguffe faz uma consulta à Mesa sobre o tempo a ser utilizado na explanação de cada um dos senhores. Quero dizer que, de fato, eu estava deixando correr solto — e uns têm falado pouco, outros têm se excedido — por entender que, nesta primeira reunião, poderíamos deixar assim, aberto.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Sr. Presidente, hoje é apenas um pequeno treino, um aquecimento. Não teremos grandes debates, mas V.Exa. pode ter a certeza de que não vamos nos estender muito no tempo, e todos terão a oportunidade de falar.

Cumprimento V.Exa. e os Deputados aqui presentes.



Tive a oportunidade de estar à frente da Relatoria desta Comissão na Legislatura anterior, quando trabalhamos e produzimos muito em relação àquilo que pode ser colocado como pauta na discussão de uma reforma política.

Sabe muito bem V.Exa., Sr. Presidente, que se trata de tema extremamente amplo. E, na Comissão, definimos que trataríamos apenas do sistema eleitoral brasileiro, ou seja, que vamos restringir a discussão da reforma política ao sistema eleitoral brasileiro. E, em cima do sistema eleitoral brasileiro, acredito que o nobre Relator nos trará, na próxima reunião, os temas tratados por lei ordinária, os que são objeto de lei complementar e aqueles que devem ser alvo de emendas à Constituição.

Cabe ressaltar que ficou muito claro na última Comissão que todos estavam de acordo com a reforma política, mas, na hora que foi redigida a primeira lauda, todo mundo ficou contra. Essa é a grande realidade.

(Não identificado) - Com exceção de quem redigiu.

O SR. DEPUTADO RONALDO CAIADO - Exatamente, com a exceção de quem redigiu. Então, com a exceção de quem redigiu, começa-se o debate.

O nobre Relator já se posicionou em relação a alguns pontos polêmicos. E, ainda agora, vimos o Deputado Sandro apresentar algumas posições apuradas em pesquisa e vamos ver a dureza do Deputado Miro Teixeira e de outros quando forem tratar desse mesmo assunto, o que tornará este debate uma maravilha, algo extremamente efervescente até chegarmos a uma conclusão para levar ao Plenário da Casa. Jamais, porém, um projeto sobre esse tema será um ponto de concórdia entre todos, mas deve refletir o sentimento da maioria, e temos de nos curvar a ele.

Mas a pesquisa feita é muito interessante, Sr. Presidente. De acordo com a pergunta formulada, tem-se uma resposta. A outra Comissão também perguntou à população: *“O que mais constrange a não entrar num processo eleitoral os jovens, as pessoas que querem viver a vida política?”*. E a resposta foi a de que duas coisas eram responsáveis por isso: a presença do caixa nas campanhas eleitorais, o volume de dinheiro, e a máquinas de governo.

Vejam bem, nobres colegas: como vamos responder àquele fator que é a causa determinante da inibição de os jovens, de as pessoas de bem entrarem no processo político eleitoral? Como vamos fazer um vestibular de igualdade, em que o



mérito e a competência sejam exatamente o fator que vai pender para “a” mais do que para “b”?

Isso é o que se espera desta Casa, e não as pessoas construírem aqui muletas para, amanhã, garantirem sua eleição. Precisamos criar uma igualdade no processo, de forma que a competência, o carisma, o espírito público, a credibilidade e a capacidade sejam o fator que levem alguém a ser eleito.

Então, Sr. Presidente, este debate será maravilhoso.

Temos, acredito eu, uma coletânea de dados que vem desde a nossa primeira Comissão da Casa. Concorde plenamente em que precisamos, além da discussão na Casa, ampliar o debate. Será fundamental para o nosso trabalho trazermos todas as entidades diretamente ligadas ao projeto Ficha Limpa, para que a sociedade tenha respostas claras para suas interrogações, como mostrou o Deputado Sandro.

E, se não há dinheiro para a saúde hoje, não é por causa de 1,2 bilhão de reais do financiamento de campanha; se não há dinheiro para a saúde hoje, isso se deve muito mais ao assalto feito ao Orçamento da União, cujos recursos não chegam aos Municípios.

Então, é uma outra discussão que teremos de fazer com muita transparência.

Há um trabalho muito benfeito do David Samuels, que mostrou que, na eleição de 1994, enquanto na contabilidade constaram apenas 3 bilhões de reais, foram gastos 10 bilhões — um gasto que se compara ao de eleições americanas. E de onde vem esse dinheiro? Do Orçamento, do narcotráfico, do jogo do bicho e de tudo o mais que, cada vez mais, vem influenciando o processo eleitoral, com raras e honrosas exceções que têm voto de opinião neste País.

Então, é o momento de trazermos o debate para Casa e termos a coragem de discutir isso. A sociedade não quer mais remendo, porque remendo o atual sistema já tem demais. E esta Comissão não pode servir de pano de fundo para, amanhã, simplesmente rejeitarem tudo e virem apenas com suas preferências, na busca de uma alternativa para satisfazer alguns.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, temos um compromisso sério de alteração do sistema eleitoral brasileiro.



Os que não concordam debaterão conosco. E respeitaremos aqui a posição de todos. Atesto a V.Exa.: já perdemos em duas ocasiões. A matéria já foi colocada em votação, e não conseguimos atingir o numero necessário. Isso, porém, não quer dizer que não tenhamos a capacidade de convencimento, de debate e de avançar ainda mais. Porque o que está construído até hoje não mudou em nada.

Por isso proponho ao nobre Relator que traga seu programa de trabalho na próxima reunião e que, a partir daí, possamos apresentar à sociedade brasileira — se é o interesse da Comissão a mudança na inteireza do sistema eleitoral brasileiro — um novo sistema eleitoral.

E não devemos fazer mais nada fatiado, não. É preciso ter começo, meio e fim: como se faz uma convenção, como se definem os candidatos, como se financia, como se fiscaliza, como se tem um resultado. Porque, se ficarmos, a cada hora, fatiando, vamos ficar sempre na dependência do Tribunal Superior Eleitoral decidir sobre matérias que são de nossa competência. Ou vamos assumir essa responsabilidade de vez e não mais esperar o Tribunal Superior Eleitoral decidir como se faz uma eleição no País, ou vamos dar um atestado de nossa total incompetência.

Sei que já me estendi bastante, então, quero apenas agradecer a V.Exas a compreensão e dizer que, sem dúvida alguma, estarei sempre nas reuniões da Comissão. Aliás, peço desculpas, mas, na terça-feira, dia 15, na parte da tarde, haverá a Convenção Nacional do Democratas e, por isso, os membros do partido não poderão estar presentes aqui. Então, se fosse possível marcar a reunião para mais tarde ou para mais cedo, agradeceríamos, porque, a partir da 16 horas, teremos um grande debate interno do partido, uma convenção nacional.

Agradeço mais uma vez a V.Exa., Sr. Presidente.

Um abraço, um bom fim de semana e um bom carnaval para todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado, Deputado Ronaldo Caiado.

Com a palavra o Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Sr. Presidente, na mesma linha da fala de V.Exa. e do nosso Relator, no sentido de nos aproximarmos ao máximo do trabalho do Senado, gostaríamos de aproveitar esta reunião, uma vez que foi por



V.Exa. deferida a nossa questão de ordem, para fazermos exatamente as mesmas sugestões que recebemos do Senado.

O Presidente do Partido Progressista, o Senador Francisco Dornelles, que preside a Comissão no Senado, nos encaminhou uma sugestão que é exatamente o que foi decidido na segunda reunião do Senado, havida ontem — e estão aqui os Deputados Esperidião Amin, Márcio Reinaldo Moreira e Arthur Lira, que receberam o mesmo material.

Na priorização dos temas a serem examinados por aquela Comissão e pela nossa, S.Exa. estabelece 11 pontos, que eu gostaria de sugerir ao Relator e passar às suas mãos, para, de acordo com o cronograma das nossas reuniões, discutirmos e decidirmos, dentro do possível.

Seriam estes os temas que discutiríamos para a reforma política e para a reforma eleitoral que estamos propondo: suplência de Senador, data da posse do Chefe do Poder Executivo, voto facultativo, reeleição e mandato, sistemas eleitorais, coligação na eleição proporcional, financiamento eleitoral e partidário, cláusula de desempenho, filiação partidária e domicílio eleitoral, candidatura avulsa e fidelidade partidária.

Sugerimos ainda que, antes das reuniões finais, fosse formada uma comissão para sistematizar todo esse trabalho.

Então, Sr. Presidente, a sugestão que estamos encaminhando é a que o Senado nos propôs. Além disso, se possível, gostaríamos de sugerir que as nossas reuniões fossem não só às terças-feiras, mas também nas manhãs de quinta-feira. Poderíamos aproveitar as quintas-feiras pela manhã para — quem sabe? — realizarmos audiências públicas, uma ou outra quinta-feira, se for o caso. E, nas terças-feiras, faríamos nossas reuniões deliberativas. É claro que poderíamos fazer reuniões deliberativas também às quintas-feiras, mas, sempre que houver necessidade de audiência pública, que ela seja marcada para as manhãs de quinta-feira. Teríamos, assim, maior facilidade em relação aos horários.

Então, Sr. Presidente, são as propostas que trago, entendendo que esta Comissão tem de ter pragmatismo. Não podemos ficar nos discursos, não podemos ficar enaltecendo aqui A ou B.



Pego carona com o querido Relator da Comissão da Legislação passada em relação ao que S.Exa. disse. Na Comissão passada, tentamos, mas não houve jeito de aprovar nada. Nesta, se tivermos mais pragmatismo e mais decisões, se tivermos votos conduzidos pelos partidos, com base em posições discutidas em reuniões internas dos partidos, para trazer, já dos partidos, as sugestões para votação, poderemos ter êxito.

Eram as nossas propostas, Sr. Presidente.

Vou passar às mãos da Comissão o trabalho que o Senado nos encaminhou por intermédio do Senador Francisco Dornelles.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. a contribuição a respeito da realização de reuniões às quintas-feiras pela manhã, sobretudo para audiências públicas, e a agenda estabelecida pela Comissão do Senado.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Daniel Almeida.

O SR. DEPUTADO DANIEL ALMEIDA - Sr. Presidente, cumprimento V.Exa., a quem desejo êxito nessa tarefa difícil, mas sei que V.Exa. está acostumado a embates difíceis, assim como o nobre Relator. E, por isso, estou certo de que essa dupla tem todas as condições de dirigir os trabalhos desta Comissão de forma exitosa.

A bancada do PCdoB comparece a este debate com otimismo, com a crença de que estamos desafiados a rejeitar esse sistema político-eleitoral falido, esgotado, e a construir as mudanças necessárias para o fortalecimento do nosso processo democrático, como bem disse V.Exa., e para o fortalecimento dos partidos políticos. Não é possível imaginarmos a consolidação de um processo democrático sem o estabelecimento do papel da política e dos partidos políticos. Esse é um desafio central.

Foi esboçada aqui a ideia de encarmos esse tema de forma abrangente e não imaginarmos fazer remendo em tecido podre. Não é possível pensar em tratar de um ou de outro tema. Devemos trabalhar — e acreditar nessa possibilidade — no sentido de uma reforma mais profunda, como a sociedade brasileira está a exigir.

Vamos ver o debate. Não é fácil. Penso, nobre Presidente, concordando com algumas ideias já apresentadas, que, na próxima reunião, deveríamos tratar do



tempo que imaginamos para esta Comissão apresentar uma proposta. Sei que esse tempo é muito mais político do que cronológico, mas precisamos ter um horizonte em relação a isso, ter a nossa agenda de temas e o cronograma para tratar de cada um deles.

Aqui já se disse que não estamos começando do zero. Tivemos dois momentos ricos nesta Casa nos oito anos em que estou na Casa. Um foi conduzido pelo Deputado Ronaldo Caiado, que fez um esforço extraordinário para construir uma proposta. Estivemos próximos de algum avanço, e é preciso reconhecer e resgatar isso. O outro teve a condução do Deputado Rubens Otoni, que também trabalhou de forma muito intensa. Seria conveniente resgatarmos essas contribuições, que foram muito ricas, para aproveitarmos aspectos desse acúmulo anterior.

Também manifesto concordância com a realização de reuniões às terças-feiras. Penso que poderíamos começar às terças-feiras, programar nossas audiências públicas e, talvez, fazer alguma reunião fora do Parlamento. É boa essa aproximação. Tive a experiência de fazer algumas dessas reuniões em Assembleias Legislativas e sei que elas trazem muita riqueza aos trabalhos, inclusive no que diz respeito ao envolvimento de outras instâncias do Parlamento brasileiro, como as Câmaras de Vereadores. Vejo que há um desejo de que isso seja feito.

Portanto, se fizermos nossas reuniões às terças-feiras, poderemos combinar, para uma quinta-feira ou sexta-feira, realizar uma audiência fora de Brasília e, assim, nesta primeira etapa, produzir melhores resultados.

É a nossa contribuição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. a manifestação

Concedo a palavra ao nobre Deputado Edinho Araújo.

O SR. DEPUTADO EDINHO ARAÚJO - Sr. Presidente Almeida Lima, quero saudar V.Exa., que representa o nosso PMDB, cumprimentar o Relator Henrique Fontana e saudar todos os colegas que integram esta Comissão.

Todos estamos convencidos de que estamos diante de um grande desafio. Se reforma política fosse uma tarefa simples, não estaríamos aqui.



Tive a honra, Sr. Presidente, colegas Deputados, em 1997, de ser autor do Projeto de Lei 2.695/97, que redundou na Lei Eleitoral, a Lei 9.504, de 1997.

Vejo aqui o currículo de V.Exas. O ilustre Relator já foi Vereador e é Deputado Federal com alguns mandatos. O Presidente foi Senador, Prefeito, Deputado Estadual. Todos aqui têm um longo currículo.

Todos temos uma reforma política na cabeça. A população deseja uma reforma política. Nós dissemos, nas nossas campanhas, que a reforma política era a mãe das reformas e que passa por ela a reforma do Estado brasileiro.

Se entendi bem, a fala do Presidente Sarney e do Presidente Marco Maia ontem foi que teremos prazo de 180 dias e, num determinado momento, as duas Comissões vão elaborar um projeto que será submetido às duas Casas.

Se conseguirmos unificar os nossos partidos, depois unificar esta Comissão e, num passo seguinte, tirar uma proposta das duas Comissões Especiais, da Câmara e do Senado, e colocá-la em votação, teremos avançado e estaremos próximos de conseguir o objetivo.

Eu gostaria, Sr. Presidente, Sr. Relator e Srs. Deputados, de reafirmar: esta não é uma tarefa fácil. A reforma política que eu desejo não será a que nós concluiremos. Portanto, todos precisaremos ter capacidade de ouvir. Não é possível uma reforma política que não fortaleça os partidos políticos, mas também temos que passar uma mensagem à população para que consiga entender como um candidato a Deputado em São Paulo com mais de 100 mil votos não se elege e um candidato com 350 votos pode ser representante do povo brasileiro no Congresso Nacional. E não é possível entender que um representante do povo não tenha voto. É o caso dos suplentes de Senadores, que não têm nenhum voto e são representantes dos Estados no Congresso Nacional. São duas questões.

Sr. Presidente, Sr. Relator, posso convencer-me ao longo dos debates e das audiências públicas. Tenho 38 anos de vida pública. Já disputei dez eleições. Perdi a primeira e ganhei nove. Já fui Prefeito três vezes, Deputado Estadual duas vezes e Deputado Federal três vezes. Fui Prefeito de dois Municípios: Santa Fé do Sul, com 30 mil habitantes, e São José do Rio Preto, em São Paulo, com 450 mil habitantes.

Acho que para 2014 só faremos uma reforma mais consensuada, mais enxuta. E uma reforma política mais profunda para 2018. Poderão perguntar:



“Reforma para 2018?” É o que acho. Posso convencer-me do contrário ao longo dos debates, mas essa é a impressão que tenho neste momento de largada da Câmara Federal sobre esse tema.

Quero desejar boa sorte ao Relator, ao Presidente e aos Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Concedo a palavra ao ilustre Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Sr. Presidente, acho que não devemos nos iludir. Estamos diante de um desafio extremamente difícil. As tentativas anteriores fracassaram e temos que extrair delas alguma lição. Vou procurar fazer isso.

Em primeiro lugar, temos que entender que a responsabilidade é nossa. Pesquisas de opinião pública em relação a esse tema, tão pouco discutido pela população e que, posso dizer pela minha experiência, pelas conversas que mantive com milhares de pessoas durante a campanha, praticamente ninguém entende, não são o caminho. Se fosse assim, faríamos apenas uma pesquisa e o que ela desse, pronto, referendaríamos. Não é o caso. A responsabilidade é nossa.

A responsabilidade também não é da imprensa, dos formadores de opinião pública e dos bem pensantes. Se lermos a cobertura jornalística desse tema, veremos que ela é completamente diversionista. Por exemplo, qual é a abordagem que o jornal *O Globo* dá hoje? Não tem nada a ver com o conteúdo do tema, mas é sobre se Fulano ou Beltrano estão na Comissão, se está bem que o Fulano ou o Beltrano esteja na Comissão. Não morro de amores pelo personagem ali citado, mas acho que essa é uma discussão diversionista.

Então, a responsabilidade é nossa. Constitucional, legal, política, moral. É nossa.

Essa é a primeira questão. A segunda questão é que o desafio é o da busca do consenso e da simplicidade. A primeira coisa a fazer é ouvir amplamente esta Comissão, ver o que as pessoas de fato acham, para o Relator perceber por onde pode passar um consenso, que não vai agradar 100% a todo o mundo, mas pode de fato dar samba, como dizemos no Rio de Janeiro.



A outra coisa é a simplicidade. Não adianta pensarmos em coisas mirabolantes. Existe uma tradição, existe um hábito de votar. O Brasil tem uma história, quando vêm as eleições as pessoas se comportam de determinada maneira, existem certos rituais, e temos que atentar a tudo isso.

Então, eu já avançaria dando algumas contribuições. Primeiro, queria dizer que lamento profundamente que não haja uma Comissão unificada com o Senado, pois isso facilitaria imensamente as coisas.

Ao ler a lista das 11 sugestões, percebi que aconteceu, mais ou menos, o que eu temia: o Senado olha para isso dentro de uma perspectiva de varejo, tanto que o primeiro ponto é a questão da suplência naquela Casa. Acho que esse é um ponto perfeitamente desimportante comparativamente a outras questões.

A questão-chave, a primeira que tem que ser abordada, para pegar o touro pelos chifres, é a do sistema eleitoral, porque, uma vez que consigamos um mínimo de consenso sobre esse ponto, os outros pontos decorrem disso. Financiamento público ou não, por exemplo, decorre da opção que venhamos a fazer por um determinado sistema eleitoral ou por um amálgama original de sistemas eleitorais diferentes.

Eu e o meu partido somos favoráveis às eleições proporcionais por lista, como é na Espanha, em Portugal, em países que são não menos democráticos que o nosso. Por isso, sempre rejeitei a ideia de que o eleitor estaria sendo turgado, como diz um famoso formador de opinião. Não. Apenas reconheço também que esse sistema não está dentro da nossa tradição. Há muito tempo, desde antes de 64, existe o hábito de votar em uma pessoa.

Penso que um dos maiores problemas da política brasileira, senão o maior, é a noção de que fazer política é uma carreira profissional individual e que o alfa e o ômega da política são a figura do político e a sua carreira. Acho que isso é responsabilidade do sistema eleitoral que temos, como também é responsabilidade desse sistema eleitoral tudo que vem junto: o clientelismo, os centros assistenciais, a compra de voto.

Por outro lado, vejo que nos últimos tempos tem vicejado a proposta do distritão, em que se transforma o Estado todo num distrito eleitoral e torna-se o voto majoritário. Na minha opinião, que é também a opinião do meu partido,



considerando a questão de forma muito prática e muito pragmática, deveríamos encontrar um mecanismo de junção desses dois sistemas, porque, se conseguirmos isso de forma bem-sucedida, conseguiremos, por um lado, fortalecer os partidos. Pura e simplesmente a adoção do distritão acaba com os partidos. Não precisa de partido. Se for adotado, proponho até que se acabe mesmo com os partidos e cada um possa se candidatar sozinho com um número x de assinaturas.

O sistema por lista fortalece os partidos. Portanto, dá mais estabilidade aos governos e mais senso coletivo às negociações para a formação de governo. Já o distritão tem uma utilidade. De fato, ele reforça os políticos com voto. Permite que aqueles que tenham voto, representatividade, se afirmem. Quem são os prejudicados? Os do chamado baixo clero, os bagrinhos, os que se elegem nas sobras de voto.

Se pudermos por um lado fortalecer os partidos e por outro lado fortalecer lideranças políticas representativas do voto popular, talvez esteja aí um caminho de consenso.

Pessoalmente, sou adepto do voto por lista ou do voto distrital misto na modalidade existente na Alemanha. Há um projeto do então Senador Fernando Henrique Cardoso muito bom nesse particular. Porém, a dificuldade em dividir um país com as características do Brasil em pequenas circunscrições eleitorais para o voto majoritário uninominal é muito grande. Então, pragmaticamente, o caminho mais interessante, se houver consenso aqui, seria tentarmos casar essas duas propostas. O resto decorre.

Por exemplo, o financiamento público de campanha para candidatos individuais de fato seria um escândalo e seria indefensável. O financiamento de campanha está ligado a partidos, ligado à possibilidade de haver partidos robustos, que sejam responsabilizados e fiscalizados quanto ao destino desse financiamento. Aliás, se fizermos pesquisa sobre isso, veremos que a maior parte das pessoas não gostam da ideia, mas desconhecem que existe um fundo partidário, que é financiamento público dos partidos. Já existe.

Desculpem-me por alongar minha fala. Na verdade, acho que a primeira coisa a ver é o sistema eleitoral. Decorrem disso as outras coisas, as questões da propaganda, do financiamento, dos prazos e todos os problemas que costumamos



criar para nós mesmos e sobre os quais depois o tribunal passa a legislar. Tudo isso é decorrência. O nó górdio da questão está em ver a possibilidade de consenso que temos em relação ao sistema eleitoral.

A nossa proposta é que se explore, Sr. Relator, essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. DEPUTADO ALCEU MOREIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, primeiro, quero dizer da alegria em ver duas pessoas com grande experiência política e capacidade de diálogo testada ao longo das suas convivências, que poderão trabalhar com convicções tão polêmicas como as que teremos aqui, buscando o consenso exatamente pelo tempo e pela paciência para ouvir com inteligência, capazes de tirar o resultado necessário. Confio plenamente nisso. Estarei aqui como testemunha desse processo, participando ativamente.

Não sei exatamente como produzir a melhor proposta, mas sei como não a produzir: sendo personalista, achando que é dono da verdade, que sabe muito, e não tendo a humildade de compor com os colegas. Esse é o caminho para não acontecer nada aqui. Se inventarmos um sistema em que todos tenham razão, não poderá estar no texto a razão de todos. Não teremos o texto.

Temos de definir o processo eleitoral. Não tenhamos dúvidas disso. Uma série de outras decisões, inclusive de financiamento público, são decorrência desse processo. Quanto a isso, o colega tem razão. Se o voto é majoritário, não há financiamento público. Sendo misto ou não, não há financiamento público para essa parte. Certamente não. É preciso perceber isso.

Queria sugerir, já que não temos uma Comissão conjunta do Senado e da Câmara, reunião de conciliação mensal entre as duas Comissões sobre o tema. Concilia-se o que o possível, mas senta-se para fazer conciliação, para chegar à votação com o maior número de concordância possível, sob pena de ter o trabalho vencido por discordâncias de lado a lado.

Temos um grupo no nosso partido, o PMDB, que se chama Afirmação Democrática. Estamos trabalhando nesse tema há bastante tempo.

Ilustre Presidente, em muitos casos, ouvi, inclusive de V.Exa., em debate, o seguinte: faz-se uma proposta e, antes que se possa fazer qualquer raciocínio de



concordância, buscam-se todos os argumentos para discordar, com a maior força possível.

Todos têm uma forma de discordar da proposta. O que temos de buscar é o caminho da concordância. Temos de fazer isso, não há outro jeito.

Mas vemos a discordância. Voto em lista. *“Os caciques indicam a lista.”* Quem disse? E se os caciques não se elegerem todos, com a família inteira, como fica? Há o eleitor logo depois. E se o que colocarmos nessa legislação estabelecer que a eleição interna no partido não permite o caciquismo? Se colocarmos, por exemplo, que os filiados votarão, que haverá lista plúrima, que eles não poderão votar em um só? Há centenas de fórmulas para praticar democracia interna, fortalecer os partidos e não permitir o caciquismo.

No entanto, tenho absoluta convicção de duas coisas. Primeira: o sistema atual fadigou-se. Não há mais como continuar assim. Com extremo pesar, perdi companheiros no caminho. Tenho profundo pesar de dois deles não estarem aqui conosco: Odacir Klein e Ibsen Pinheiro. Gostaria que estivessem aqui. Eles desistiram, porque o sistema não lhes agrada. Ter de correr atrás de pessoas para buscar dinheiro para campanha? Não, absolutamente não. Não querem fazer esse trabalho, que é doloroso, que fere os princípios básicos de quem quer fazer política como sacerdócio. Essas pessoas não estão mais aqui. O sistema fadigou-se por completo. Não tenham dúvida, isso é verdade.

Outra convicção: o que vamos produzir é um sistema transitório. Não saímos dessa bagunça geral, dessa balbúrdia, para um sistema perfeito. Absolutamente não. Será transitório, até porque há uma imensa quantidade de colegas que não conseguem se transportar para a posição futura. O Parlamentar imagina os defeitos da eleição atual. Não consegue projetar, com a transformação da nova legislação, como será a realidade dele no outro lado. Não sabe como fazer isso. E para ficar numa situação confortável, não sabendo como será, nega, dizendo o seguinte: sou contra, porque não sei como estarei no outro lado.

Então, é uma posição transitória, temos de saber disso.

De qualquer sorte, quero dizer que sou favorável a sistema distrital misto semelhante ao que se adota na Alemanha e ao financiamento público de campanha.



Sou favorável, ainda, a que tenhamos coincidência de mandatos. Os partidos têm de se afirmar como política pública de cima a baixo. A história de que o distritinho transforma o Deputado num prefeitão não é verdade. Há exemplos históricos. Um cidadão pode eleger-se por um distrito pequeno e pensar no Brasil como qualquer outro. Então, é um preconceito. E o financiamento continua público.

Deixo, então, essas contribuições. Proponho coincidência de mandatos e eleição em dois turnos para todas as esferas executivas. E o fim das coligações, que para mim maculam todo o processo político.

É o encaminhamento, sugerindo que na próxima reunião tenhamos o passo a passo da Comissão, para podermos excluir nas coisas já consensuadas o resultado de eleição por eleição como forma de subir a escada para chegar ao topo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa. pelo pronunciamento.

Antes de conceder a palavra ao Deputado Raul Henry, gostaria de dizer o seguinte: acho que será de bom tom se na próxima sessão os Srs. Parlamentares puderem contribuir no sentido de elencar os pontos que devem ser objeto dessa reforma política, para que possamos esquematizar até mesmo a discussão, a fim de que, numa mesma sessão — não me refiro a esta —, não misturemos financiamento público com sistema eleitoral, e assim sucessivamente.

Pediria inclusive uma circular da Secretaria, pelos meios que utiliza, como o eletrônico, para que, na próxima sessão, haja, digamos, essa contribuição. Cada um pode levantar os temas da reforma política constitucional que devemos tratar, aquilo que vai ser objeto de legislação complementar, de legislação ordinária, de reforma eleitoral propriamente dita, de reforma partidária, porque aí poderemos sistematizar, ter realmente uma noção para dar uma estrutura ao trabalho.

Outro aspecto sobre o qual acho que devemos conversar com os Líderes, a Mesa e o Presidente é a clareza quanto ao desejo de pôr em vigência essa nova reforma. Permitam-me dizer que aqui estou raciocinando em voz alta. A intenção é uma reforma para as eleições municipais que vão acontecer em 2012? Teremos tempo suficiente? Isso seria importante para podermos esquadrihar melhor o nosso tempo, a nossa agenda.



O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Se V.Exa. me conceder um aparte, eu até retiro a minha inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com toda a certeza.

O SR. DEPUTADO MIRO TEIXEIRA - Quero apenas fazer uma tentativa. Já participei, como V.Exa. e outros colegas, de alguns debates desse tipo. Acho que sempre faltou uma coisa: o caráter voluntário para o povo. Por exemplo, o partido que defende a lista deveria ter o direito de apresentar a lista ao povo, e os partidos que não defendem a lista poderiam ter o direito de apresentar as candidaturas em aberto ao povo, a lista aberta.

Ouçó falar de modelos como o da Espanha. Eu lhe afirmo — não sei como é hoje, não estou atualizado — que lá foi assim que surgiu a lista. É opcional. Criou-se também a possibilidade da federação. E a possibilidade da candidatura independente.

Essa mania de obrigar o povo a fazer as coisas... O povo já é obrigado a votar. No meu ponto de vista, o voto tem que ser facultativo. Por que tenho que impor ao povo uma verdade, o financiamento público? O partido pode optar pelo financiamento público, como nos Estados Unidos. Opte e assuma a sua responsabilidade. E explique ao povo. Não tente impor a todos, até porque hoje os partidos são pessoas jurídicas de direito privado. Acho que caminharemos mais facilmente se sairmos do trilho das imposições.

Retiro a minha inscrição, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a manifestação de V.Exa.

É evidente que se trata de uma sessão aberta quanto à discussão. Não me compete em princípio emitir juízo de valor, mas devo dizer-lhe, Deputado Miro Teixeira, que simpatizei com as colocações que V.Exa. fez.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Henry.

O SR. DEPUTADO RAUL HENRY - Sr. Presidente, quero inicialmente parabenizar V.Exa. pela missão e, sobretudo, o PT pela escolha do Relator desta Comissão.



O Deputado Henrique Fontana tem-se caracterizado na Câmara dos Deputados pelo comportamento amplo, pela capacidade de diálogo, e eu acho que tem a estatura adequada para a grande missão de Relator desta Comissão.

Acho inclusive que ele acerta no primeiro diagnóstico que faz aqui quando fala do esgotamento do modelo atual. Todos nós falamos em reforma política com o argumento de que o modelo se esgotou. Esgotou-se não por outro motivo: o sistema eleitoral está completamente substituído pelo modelo de financiamento que tem hoje.

Acho que V.Exa. acerta quando diz que seu ponto prioritário é o financiamento público das campanhas. O atual modelo de financiamento, como foi citado aqui, excluiu deste Parlamento homens como Ibsen Pinheiro, do Rio Grande do Sul, Roberto Magalhães, de Pernambuco, Fernando Coruja, de Santa Catarina, e o próprio atual Ministro da Justiça, o ex-Deputado José Eduardo Cardozo, que disse que não disputaria mais eleições com esse modelo de financiamento. Acho que V.Exa. vai no ponto quando diz que o estrangulamento do sistema é o financiamento.

O financiamento público pressupõe eleição com base nos partidos, porque não faria sentido financiamento público para candidaturas individuais. E uma eleição com base nos partidos teria de ter necessariamente dois caminhos: ou a lista preordenada, a lista pura, como alguns defendem aqui — inclusive o Deputado Ronaldo Caiado defendeu hoje — ou o sistema distrital misto, como o alemão.

O voto em lista é um voto essencialmente partidário, e o voto no distrito também é um voto partidário, porque cada partido só pode apresentar um candidato naquele distrito. Ou seja, é uma eleição que também se caracteriza como eleição partidária. Portanto, é factível o financiamento público nesse modelo.

Torço muito para que V.Exa. tenha condições de levar à frente esse trabalho. É muito grande a expectativa da sociedade brasileira com relação ao resultado do nosso esforço aqui para promover essa reforma política.

Para concluir, a pedido do Presidente, quero deixar apenas uma sugestão: que a primeira iniciativa legislativa seja a de tirar da Constituição, com uma única emenda, o sistema eleitoral, uma PEC que coloque o sistema eleitoral no plano das leis complementares e que o tire da Constituição. Isso facilitaria muito a execução de uma maioria absoluta no plenário da Câmara dos Deputados.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Senhores, vejam como o debate é enriquecedor. Há poucos instantes ouvi uma palavra do Deputado Miro Teixeira. Deputado Miro, eu não tinha aventado a hipótese da opção, a opção pelo sistema majoritário na circunscrição — eu prefiro circunscrição a “distritão” — ou pela lista fechada.

V.Exa., Deputado Raul Henry, faz uma observação sobre o financiamento público. Eu tive a oportunidade de, numa reunião, num debate com o PMDB, dizer que é factível o financiamento público fora do sistema de lista fechada. É factível o financiamento público dentro inclusive do voto majoritário na circunscrição. De que forma? Nós sabemos que um dos maiores custos de uma eleição se dá com a produção dos programas de áudio e vídeo, com marqueteiros, produtores etc. E esse é um gasto coletivo, é um gasto para todos. Não é gasto individual, pessoal, personalizado, como carro de som, panfleto, santinho etc. É possível, sim. É claro, muito maior... Ou seja, há possibilidade de haver financiamento misto: financiamento público para o partido, para as despesas comuns a todos, e financiamento privado para o individual. Mas que há possibilidade, há.

Isto é o enriquecimento do debate. O debate é extremamente importante porque nos permite conhecer o pensamento de todos e sair da mediocridade em que nos encontramos.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Reguffe, e logo a seguir o Deputado Eduardo Azeredo.

O SR. DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, quero primeiro parabenizar a escolha do relator Deputado Henrique Fontana, que eu não conhecia pessoalmente. Estou conhecendo nesta tarde de hoje, e a respeito dele tenho as melhores referências.

Quero começar minha fala pontificando alguns aspectos, diante do que V.Exa. disse aqui. A fala de V.Exa. foi muito voltada para o fortalecimento dos partidos, para a importância do fortalecimento dos partidos. Eu vejo que mais importante do que o fortalecimento dos partidos é o fortalecimento do eleitor, o fortalecimento da vontade do eleitor de dizer o que ele quer, quem ele não quer.



E que a política chegue mais perto desse cidadão. Hoje a política está muito distante do cidadão comum. A vida pública hoje é quase inacessível ao cidadão comum, que às vezes quer representar ideias, e não quer representar nem o poder econômico, nem um setor corporativo. Nós temos de dar mais chance para esse cidadão ingressar na política. Aqui ele quer representar ideias. Então, por exemplo, e a título de sugestão a V.Exa., que apresentou muito bem a questão, eu acho que se devia pensar em um sistema de revogabilidade de mandatos, em haver atos revogatórios para que a população pudesse, caso seu candidato eleito não cumpra um compromisso de campanha, fazer com que ele perca o mandato, porque esse mandato não é dele; ele só tem uma procuração da sociedade para representá-la. Então, seria interessante criar um sistema de revogabilidade de mandatos, em que a pessoa, para ser candidato, teria de registrar compromissos de campanhas, e se votar ou agir diferentemente dos compromissos perderá o mandato, para que o eleitor tenha o controle disso.

Eu defendo e acho extremamente importante a questão do financiamento exclusivamente público de campanha. O financiamento exclusivamente público de campanha vai ser o dinheiro mais bem investido da história deste País. Com isso, vai acabar essa promiscuidade que existe hoje entre público e privado, mas desde que ele venha acompanhado de uma fiscalização rigorosa, e na minha opinião desde que não se dê o dinheiro diretamente.

Eu penso que os Tribunais Regionais Eleitorais e o Tribunal Superior Eleitoral poderiam, por exemplo, fazer uma licitação. A gráfica que ganhasse imprimiria o panfleto de todos os candidatos para um determinado cargo, naquele determinado lugar, com o mesmo formato, em igual quantidade para todos, igual chance para todos. A pessoa teria de ganhar no conteúdo, no convencimento.

A produtora de televisão que ganhasse ia gravar para todos os candidatos de um determinado cargo, naquele determinado lugar, com o mesmo fundo. A pessoa teria de ganhar no convencimento, no conteúdo. Não ia ser uma coisa em que às vezes a forma vale mais do que o conteúdo, a simpatia vale mais do que a proposta.

Eu acho que as eleições estão muito despolitizadas. Às vezes discutem-se muitas coisas e não se discute política em um processo eleitoral. Eu acho que



precisamos politizar as eleições e dar chance àquela pessoa que, às vezes, está distante da política de, se quiser, ela poder ingressar na política.

Eu vejo com simpatia também a possibilidade de a pessoa poder candidatar-se de forma avulsa, sem partido. Por que não? Eu acho isso democrático. Se a pessoa quiser, e se ela não se identificar com nenhum partido, ela tem de ter o direito. Por que criar um obstáculo, obstacular que essa pessoa possa inserir-se na vida pública e ser um representante? Tomara que ela acredite em um partido e se filie a um, mas se não acreditar ela tem de ter o direito de ser candidato sem ter uma filiação partidária.

Por último, quero dizer que nós temos uma missão muito importante para a sociedade, uma missão que já foi tentada anteriormente, e a sociedade reclama isso da classe política. E essa missão é muito importante porque hoje nós vivemos no Estado Democrático de Direito, mas algumas pessoas, na nossa sociedade civil, não vêem a situação como se vivêssemos em um Estado democrático de fato, porque elas não se consideram representadas pelos seus representantes legalmente constituídos, e muitas vezes nem por culpa dos seus representantes, e sim por culpa de um sistema que faz com que a pessoa vote num e eleja outro. Elas chegam e dizem: “Não, não era isso que eu queria”.

Então, eu acho que precisamos vencer, diminuir esse fosso que existe entre Parlamento e sociedade, porque a criminalização da atividade política que está ocorrendo hoje na sociedade é algo muito negativo para a própria sociedade. Às vezes esta sociedade não está entendendo o valor que têm a atividade política. E como se muda isso? Fazendo uma reforma política profunda.

Por último, Sr. Presidente, eu queria fazer uma sugestão de encaminhamento de cronograma. Considero esse um tema muito importante para que tivéssemos apenas uma reunião por semana. Penso que a direção da Comissão poderia conseguir uma agenda em que tivéssemos pelo menos duas reuniões por semana, para que pudéssemos tratar esse tema com prioridade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a contribuição ao nobre Deputado Reguffe e concedo a palavra ao Deputado Eduardo Azeredo.



O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - Presidente Almeida Lima, Relator Fontana, sou o primeiro do PSDB a falar aqui hoje. A posição do PSDB é uma posição aberta, de diálogo; não vamos participar com nenhuma ideia já definida, até porque, com toda a humildade, o PSDB não tem uma posição sobre o sistema de votação. Existe uma tendência de simpatia, digamos, com o sistema distrital misto. Mas sabemos que todos os sistemas têm problemas, não há nenhum perfeito. Nenhum país do mundo tem sistema perfeito; se perguntarmos na Argentina, os argentinos não gostam do que têm lá, se perguntarmos na Espanha, os espanhóis não gostam do que têm lá.

Temos de ser muito objetivos. Não podemos ter utopia, senão vamos ficar perdendo tempo aqui. Não pode haver demagogia, holofote nem hipocrisia. Todos aqui foram eleitos com as regras atuais, então temos de saber que as regras atuais são ruins, mas é por meio delas que todos nos elegemos. Vamos nivelar o processo, vamos fazer uma discussão correta e buscar as alternativas que existem.

Particularmente, a questão da cláusula de barreira parece-nos que deve voltar. É uma regra que existiu e caiu apenas por questão pequena de interpretação legal, então não há por que termos sobre isso uma discussão muito demorada.

Portanto, nossa posição é a de termos uma mentalidade positiva, construtiva. Assim devemos anunciar-nos nesta Comissão, para todos serem ouvidos e todos poderem opinar.

A questão de pesquisa, desculpe-me o colega, que já se ausentou, nós vimos na eleição: pesquisa há de todo tipo, todo gosto, com qualquer resultado. E lamentavelmente as pessoas que fazem pesquisa dizem que mais de 50% da população não acompanham a política; então, como vamos querer que essas pessoas decidam se é melhor distrital ou proporcional? É para isso que temos a delegação popular. Como surgiu a democracia representativa? Surgiu lá na Grécia porque não havia jeito de fazer com que todo o mundo votasse, então se elegeram algumas pessoas para falar em nome de outras pessoas.

Vimos a questão do desarmamento. Houve um plebiscito no Brasil e uma campanha; de repente obteve-se um resultado porque se encaminhou a propaganda num sentido. Portanto, não há por que nos submetermos à pesquisa. Isso não faz



sentido. A pesquisa é importante como informação, mas a decisão tem de ser nossa, que temos legitimidade para isso.

A posição do PSDB é uma posição de diálogo. Vamos discutir qual é o melhor sistema, vamos discutir o financiamento público de campanha, com as dificuldades que sabemos que existem. Quer dizer, é viável fora da lista? Acho difícil. Vamos ver quais são as alternativas que podem surgir.

Fui Relator da minirreforma eleitoral lá no Senado, juntamente com Marco Maciel. É muito difícil chegar a um consenso. Quando estávamos chegando a um consenso, surgia uma obstrução lá do PCdoB, com um único Senador. Sabemos disso. Temos mais experiência mais aqui.

(Intervenções simultâneas fora do microfone.) (Risos.)

O SR. DEPUTADO EDUARDO AZEREDO - A posição é essa. Vamos ter de respeitar todo o mundo, ouvir todo o mundo.

O SR. DEPUTADO NEWTON CARDOSO - Sr. Presidente, pela ordem. Eu gostaria de fazer uma observação. Sr. Presidente, estou vendo que vai dar certo a reforma política. Veja bem, Eduardo Azeredo foi Governador de Minas Gerais, é um homem experiente, e falou em nome do PSDB. E como é importante o que disse Eduardo Azeredo! Não se trata de uma reforma entre partidos, não é uma iniciativa de oposição ao Governo; é uma reforma política de interesse dos partidos. Então, não é preciso que ninguém use o art. 61 para obstruir a sessão, não, nem para atrasar a sessão. O importante, disse o Governador Eduardo Azeredo, é que o interesse é de todos nós; não é do PSDB, nem do PMDB, nem do PT, é do povo brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Pauderney Avelino.

O SR. DEPUTADO PAUDERNEY AVELINO - Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero cumprimentar a Mesa e os membros desta Comissão.

Eu quero lembrar ao Deputado Newton Cardoso que o Regimento da Casa é válido em todas as Comissões da Casa e no plenário; então, na questão de obstruir ou não, tem de se cumprir o Regimento, porque aqui, em tese, todos estamos trabalhando em prol do povo brasileiro.



Dito isso, também quero dizer que sou um homem crédulo, e acredito que a reforma política vai sair. Eu já fiz parte de algumas discussões em Comissões, também discuti essa matéria fora das Comissões. Por exemplo, fui membro, em 1992, da Comissão da Reforma Tributária. Desde 1992 até hoje, não conseguimos fazer uma reforma tributária no País que atenda aos interesses da Federação. Mas eu acredito, como homem crédulo, que nós vamos conseguir chegar ao nosso intento.

E óbvio que precisaremos da colaboração de todos, e pelo que ouvi hoje boas ideias é que não faltarão. Mas ter boas ideias não significa que vamos conseguir fazer a reforma. Precisamos ter foco, eficiência. Precisamos estabelecer um roteiro de trabalho, e V.Exa. já disse que na próxima reunião teremos esse roteiro de trabalho.

Entendo que é importante criarmos um sistematizador para o que já foi feito nesta Casa, o quanto já se avançou, o que já se discutiu. Acho que também é muito importante buscarmos a experiência de outros países. Falou-se aqui dos Estados Unidos, dos sistemas eleitorais americano, alemão, espanhol, português etc. E há o caso da Bélgica, que está há 8 meses sem governo e o país está rodando; ou seja, na prática, é o sistema anárquico que está funcionando.

É importante termos consciência de que essa reforma do sistema eleitoral deve abranger desde o Código Eleitoral de 1965, que tem algumas amarras, à Constituição, que data de 1988, e à Lei nº 9.504/97, a partir da qual tivemos uma certa estabilidade, porque antes, para cada eleição, fosse estadual, fosse municipal, era uma lei que tínhamos de votar aqui. Então, eu entendo que precisamos realmente dar foco e ter eficiência, e para isso nós todos vamos contar com a determinação de V.Exa. como Presidente, com a inteligência do nosso Relator Henrique Fontana, Deputado de larga experiência nesta Casa, e vamos buscar obviamente a experiência de todos aqui, mas buscar sobretudo aquilo que nós entendemos que é melhor para o povo.

Confesso aos senhores que cheguei aqui e estou despojado de qualquer preconceito, no sentido exato da palavra. Tenho inúmeras ideias, assim como todos têm, mas não vou destilá-las porque ainda não ouvi essa cabeça reluzente, essa



inteligência que é Esperidião Amin, que ainda não se pronunciou. Estou aqui até agora por isso, pois sei que Esperidião é o orador seguinte.

Enfim, é esse o nosso posicionamento. Nosso partido está disposto a fazer a reforma política, e não é reforma política para um partido. Temos muitas preocupações, já fomos o maior partido desta Casa, hoje somos um partido mediano de oposição. E quem vai para a oposição com mandato passa por um aprendizado; quem vai para a oposição sem mandato passa por outro aprendizado. Ou seja, voltamos, sim, com o espírito totalmente aberto para discutir as questões sem qualquer preconceito. Portanto, estamos abertos.

Vamos buscar construir as Subcomissões, acho que isso é importante, com um sub-relator, para sistematizar tudo isso, para que possamos avançar já na primeira reunião de trabalho efetivamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Srs. Deputados, comunico que já teve início a Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Esperidião Amin.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Vou ser tão breve quanto for possível, mas não posso deixar de fazer dois comentários iniciais. Eu também sou crédulo, querido amigo Deputado Pauderney, mas depois que comecei a estudar o catecismo descobri que nasci no Dia de São Tomé, e aí a minha credulidade foi abalada. Hoje acredito muito depois de me certificar de certas coisas.

Temos um rol de experiências que não podemos esquecer. O Deputado Pauderney falou sobre 1992. Em 1993, quando tínhamos um encontro marcado com a revisão constitucional — o Deputado Pauderney participou disso —, escolhemos algumas reformas que pareciam fundamentais para essa revisão. Nenhuma deu certo, nenhuma! E olhem que o *quorum* para votação era de maioria absoluta apenas; ou seja, a Constituição podia ser alterada com uma maioria mais fácil.

Saber dessas dificuldades das Comissões anteriores, aquilo que o Deputado Eduardo Azeredo mencionou, não custa nada, e torna a nossa credulidade mais realista. Da reforma tributária, podem fazer quantas pesquisas quiserem, todo o mundo é a favor; mas a reforma partidário-política é a expressão daquilo que Pitigrilli, cronista italiano, desenhou em duas crônicas notáveis, *O Marido* e *A Mulher*



Ideal: existe na cabeça de cada um. Quando se começa a desenhar já surgem as divergências. Todo o mundo é a favor da reforma tributária: o contribuinte para pagar menos; o Prefeito para receber mais; obviamente o Governo Federal não pode abrir mão; então, todo o mundo é a favor de uma coisa que não é possível desenhar.

Como é que acho que podemos exorcizar essa dificuldade? Tendo um roteiro realista, com prioridade. Talvez a grande dificuldade seja escolher a prioridade 1. Mas parece que ela já brotou aqui: é o sistema eleitoral. Se nós conseguirmos mexer no sistema eleitoral, podemos soltar foguete, porque as outras coisas vão se encaixar, mesmo que não sejam decididas agora.

Os dados da pesquisa de Curitiba, de que 20% dos eleitores votam em partido lá me surpreenderam. Mas por que não votam em partido? Porque nós desprestigiamos os partidos ao longo de todos esses anos. Assim como ninguém se diz torcedor do Pelé, diz-se torcedor do Santos, porque nós prestigiamos os times de futebol. Sai o Ronaldo, mas o Corinthians continua. Ou seja, é o sistema de valorização. Dar importância ao partido político é uma coisa que merece profundo respeito, porque o sistema tem desmoralizado o partido político. Então, é lógico, se se vota na pessoa, confia-se no cidadão e, às vezes, há decepções, como todos nós temos.

Então, vamos fazer uma matriz — e eu não tenho nenhuma vergonha, vamos pegar essa do Senado — eu vou pegar essa aqui do Senado e vou dizer: “*Olha, minha prioridade 1 é sistema eleitoral*”. Claro que suplência de Senador não é prioridade para mim, mas pode ser prioridade para alguém. A minha segunda prioridade também não é data da posse do Chefe do Poder Executivo, mas vou tratar de coisas que me parecem ser a segunda ou ser a terceira prioridade.

Se nós conseguirmos aqui chegar, Deputado Pauderney, a um roteiro que comece pela primeira prioridade, que seja um consenso, o tal do máximo denominador comum. O que é o mínimo múltiplo comum? É o que está na cabeça de cada um. Nós precisamos é chegar a máximo denominador comum que seja maioria e, se for possível, ao quorum constitucional para aprovar alterações dentro desse roteiro.

Então, se nós temos lá sistema eleitoral, vamos esgotar esse assunto. Vamos anotar: esse é o número 1, número 2, número 3. Se nós tivermos capacidade de



fazer cinco prioridades e darmos conta delas, será mais do que foi feito nos últimos 20 anos. E isso é possível.

Termino dizendo que é possível, desde que nós não nos dispersemos, que não percamos o foco — já foi dito aqui —, e o foco é escolher prioridades que pareçam importantes, sem nenhuma vergonha de coincidir ou não coincidir com o Senado. Mas ,também, quando não coincidir, não há nenhum constrangimento.

Pelo Relator, assim como pelo Presidente, tenho profundo respeito. Quero dizer ao Relator que está perdoado por ter dado o seu ponto de vista sobre coisas importantes hoje. O Relator tem de se despir — não no sentido estrito da palavra —, tem de ser capaz de recolher, relatar, colocando os seus, mais do que legítimos, essenciais pontos de vista num segundo plano. Ele tem de ser o sistematizador. E é o sistematizador que vai nos levar a algum resultado, Presidente. Não será o Presidente e nenhum de nós a levar. É a sistematização disso, de olho no que está sendo feito no Senado. Pode acontecer de virem luzes daquele esforço também, e aí podemos chegar a um porto, com quatro, cinco pontos importantes que determinem as consequências. E como dizia Vitorino Freire, as consequências vêm sempre depois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Com a palavra o nobre Deputado Osmar Terra.

O SR. DEPUTADO OSMAR TERRA - Talvez eu vá repetir algumas questões, mas serei bem breve.

Quero cumprimentá-lo pela condução inicial desse processo. Estamos vivendo um momento muito favorável — eu sou otimista por isso —, estamos exatamente num tempo certo de se fazer uma mudança.

Por várias vezes se mudou o sistema eleitoral brasileiro, muitas vezes se mudou. E se muda quando ele começa a apresentar mais defeitos e mais problemas do que soluções ou coisas perfeitas.

Então, há tempo para tudo, e o tempo chegou. Toda essa discussão: “*Não, já se tentou várias vezes*”, quando se tentou das outras vezes não era o tempo certo. Agora é o tempo certo. Realmente, está desvirtuada a representação política. Tenho convicção absoluta disso. Isso vai trazer consequências muito ruins para a política e



para os desdobramentos todos que a política pode ter para o futuro se nós não mudarmos. Temos uma missão histórica aqui.

Há duas pessoas muito adequadas para coordenar esse processo: tanto o Deputado Almeida Lima, que tem uma experiência riquíssima nas duas Casas, quanto o meu amigo Henrique Fontana, embora nós sejamos até no Rio Grande do Sul adversários políticos. Tenho enorme respeito pela capacidade de agregação que o Deputado Fontana tem de ouvir, de agregar e de conduzir. Então, por essas duas coisas: por estarmos no tempo certo para fazermos uma mudança e pelas pessoas adequadas que estão na condução desse processo, vamos ter um resultado muito bom. Estou muito otimista em relação a isso.

Quero dizer também que nenhuma reforma será solução ideal, ela será uma média dos interesses contraditórios. É isso que estamos procurando ver aqui. Para muitos de nós que atravessamos esse período e fizemos campanhas difíceis, concorrendo de forma desigual contra adversários que tinham um poder muito maior do que o nosso, quero dizer que nada vai ficar parado e ninguém quer se suicidar, ninguém quer fazer uma reforma que se pense no futuro. Então, ela vai ter de ser fruto também dessa visão de que cada um tem o seu futuro político. Por isso, ela realmente tem de ouvir todo mundo, tem, o trabalho, de ser detalhado.

O Presidente Michel Temer, nosso Vice-Presidente da República, teve o mérito de puxar esse debate também. Concorde ou não com a proposta dele, ela levantou, foi para a grande mídia e puxou o debate, precipitou o debate. Há um mérito muito grande nisso. Dentro do PMDB, vamos evoluir para uma posição consensual. O PMDB vai dar mais um exemplo de trabalhar de forma consensual.

Na minha opinião e na dos companheiros que falaram da nossa corrente Afirmção Democrática, a tendência é pelo sistema distrital misto. Na verdade, as regiões mais pobres do Brasil são as que têm menos representação política. Num sistema distrital, elas terão representação política, terão o mesmo poder político que têm as regiões mais ricas do País. Isso acontece no Rio Grande do Sul, acontece em todo o Brasil. E acho que é importante ser assim.

O voto em lista é importante por causa da discussão programática que tem de haver na política, porque hoje há uma discussão muito estéril, muito pequena da política. Dizia um ex-companheiro que saiu da vida pública, o Vernerbec, que o



Fontana conhece, que o lugar que menos se discute política é dentro dos partidos. Eu acho que está evoluindo para isso. O sistema está deformado a esse ponto. É ora de resgatar isso.

Temos de acelerar o debate. Temos um prazo, Sr. Presidente, mas temos de procurar, se possível, antes desse prazo terminar esse debate, mesmo que dê muito trabalho.

O Senado não tem muito o que propor, pois já está eleição majoritária definida, pode discutir a questão da suplência. Eles vão opinar sobre nós, sobre as formas de eleições proporcionais da Câmara.

Então, temos de nos adiantar e entrar em sintonia com eles, procurar sermos iguais ou mais rápidos do que eles.

Quanto à coincidência de mandatos, acho importante propormos, já para 2012, uma eleição de seis anos para Prefeito, a fim de coincidir lá na frente, e termos eleições coincidentes no ano, não na mesma data, pode ser uma em setembro, uma em outubro e outra em novembro, para que o processo político do País, a cada dois anos, não pare e não haja um consumo enorme de política. Tudo isso pode ser concentrado de quatro em quatro ano.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Obrigado.

Com a palavra o nobre Deputado Arthur Lira.

O SR. DEPUTADO ARTHUR LIRA - Sr. Presidente, Sr. Relator, em primeiro lugar, parabênizo V.Exas. pelas assunções nos respectivos cargos.

Tenho certeza, Deputado Almeida Lima, de que nós, sob sua organização e liderança — duas qualidades que também estendo ao Relator —, teremos um bom andamento dos assuntos pertinentes a esta Comissão.

Sr. Relator, na minha visão — cada um tem a sua —, não teremos mais aqui pauta para sugestões. Eu sempre fui tido em meu Estado como um político muito pragmático, muito claro nas minhas ações e muito claro nas defesas dos interesses e das ideias que defendo.

Cada representante de partido, principalmente o do meu, do PP, Esperidião Amin — e falar depois desse ex-Governador é uma responsabilidade, pela sua cultura, pelo seu vasto conhecimento e pela sua experiência adquirida durante toda



a vida política —, veio aqui com uma orientação partidária, seja a de tendência do PMDB, seja a opção do PP, seja a opção do PT, seja a do PDT. Surgiram aqui sugestões que parecem labirintos de informações.

Concordando e discordando ao mesmo tempo do que disse o ex-Senador e atual Deputado Esperidião Amin, se nós corrigirmos as injustiças que o processo eleitoral nos causa hoje, Deputado Almeida Lima, já teríamos feito nesta Comissão um grande favor para o povo brasileiro e para os partidos políticos. Porque as piores injustiças são praticadas no atual modelo. Já ouvimos aqui diversos pronunciamentos sobre se votar em A e eleger B. Nós temos o nosso posicionamento. Mas se conseguirmos acabar aqui com essas injustiças proporcionadas e fazer com que a vontade popular...

No caso do PP, não quero carimbar a posição do meu partido como “distritão”, mas como voto majoritário. As posições pessoais não nos levará a nada.

Deputado Fontana, estou no meu primeiro mandato de Deputado Federal, fui apresentado a V.Exa. pelo meu líder político, meu pai, que ocupou e ocupa cargo no Congresso Nacional, mas já venho de longos cinco mandatos em meu Estado. Sempre fiquei muito frustrado de ouvir que não havia possibilidade de as reformas acontecerem nesta Casa.

Quero dizer que chego muito motivado para contribuir com esta Comissão e com o Congresso Nacional no que diz respeito à praticidade.

Talvez tenhamos de excluir todas as informações neste momento e nos focar no sistema político. Vamos nos focar se ele vai ser misto, se ele vai ser de lista, se ele vai ser majoritário, se ele vai ser isso, se ele vai ser aquilo. A partir daí, sim, acabam-se todas as discussões, porque todas são inerentes. As demais vêm por decorrência. As cláusulas de barreira vêm automaticamente, os financiamentos vêm automaticamente, e nós teremos, sim, uma discussão ampla e bastante difícil de ser travada.

Agora, será muito desmotivante para qualquer Deputado chegar aqui e observar de novo que as sugestões e as lutas partidárias não serão atendidas neste momento.

Para concluir, Sr. Presidente, temos de respeitar, sim, a vontade popular do nosso Brasil, respeitar as individualidades partidárias. Eu represento, acima de tudo,



o pensamento do meu partido. Temos de fazer com que essa desmotivação deixe de existir, Relator; temos de produzir realmente, tipificar ou criar tópicos, taxar e tratar a pauta da nossa Comissão, exclusivamente acerca de determinados assuntos, até a exaustão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a V.Exa.

O nobre Deputado Eduardo Cunha pede a palavra por um minuto.

O SR. DEPUTADO EDUARDO CUNHA - Obrigado, Sr. Presidente.

Peço perdão. Eu estava na reunião da Executiva do PMDB e não pude estar aqui na hora.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela eleição e cumprimentar o Relator.

Não entrando no debate do tema, quero alertar sobre uma preocupação que tenho e que acho merece uma definição prévia.

Observamos que há aqui discussões que podem afetar matéria constitucional ou discussões que podem afetar matéria de legislação ordinária. Se há o desejo de se fazer algo que valha para as eleições de 2012, tem de ser aprovado na Câmara e no Senado até dia 30 de setembro. E nós sabemos que o trâmite de uma matéria constitucional é absolutamente inviável se for começar do zero uma Comissão.

Então, é preciso definir previamente se queremos fazer algo que mude a Constituição para valer em 2012. Se esse é um dos objetivos, nós precisamos tomar uma atitude.

Por exemplo, há um conjunto de PECs que trata de coincidência de mandatos, de uma série de coisas, que está na CCJ para admissibilidade. O Presidente atual da CCJ é o Deputado João Paulo Cunha. Podemos dar admissibilidade a essas emendas constitucionais e transformar esta Comissão numa Comissão Especial da PEC. Caso contrário, não vamos ter, de ordem prática, como sair daqui e começar do zero. Não vamos andar.

A minha preocupação é definirmos previamente o que queremos fazer. Observei que o Relator quer propor Subcomissões, discutir quais as nossas prioridades. Estou de acordo com tudo isso. Só que existe o problema da



praticidade: como nós vamos fazer valer, do ponto de vista de legislação, os desejos que vão ser expressados nesta Comissão.

Então, temos de ter isso como prioridade no debate, para que o texto que definirmos aqui tenha condições de ser levado a Plenário. Caso contrário, vamos correr o risco de morrer na praia com a situação.

Era a ponderação que eu gostaria de fazer a V.Exa.

Podemos atuar juntos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Almeida Lima) - Agradeço a manifestação a V.Exa.

Antes de encerrar os trabalhos, convoco reunião ordinária, a realizar-se no próximo dia 15 de março, terça-feira, às 14 horas, com a seguinte pauta: eleição dos Vice-Presidentes e a continuidade desta reunião, isto é, definição da pauta de trabalhos desta Comissão.

Declaro encerrada a reunião.